

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CESTE
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**O VAI E VEM DAS ÁGUAS DE VÁRZEA: (RE) INVENTANDO PRÁTICAS,
SABERES E APRENDIZAGENS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

TEFÉ – AM

2018

MIRELA ALVES DE ALENCAR

**O VAI E VEM DAS ÁGUAS DE VÁRZEA: (RE) INVENTANDO PRÁTICAS,
SABERES E APRENDIZAGENS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em História.

**Orientadora: Profa. Dra. Cristiane da
Silveira**

TEFÉ – AM

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

ALENCAR, Mirela Alves de. **O VAI E VEM DAS ÁGUAS DE VÁRZEA: (RE) INVENTANDO PRÁTICAS, SABERES E APRENDIZAGENS NA AGRICULTURA FAMILIAR.** Monografia de conclusão de graduação em História. Universidade do Estado do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVES: comunidades de várzea, protagonismo, (res)significação, práticas agrícolas.

MIRELA ALVES DE ALENCAR

**O VAI E VEM DAS ÁGUAS DE VÁRZEA: (RE) INVENANDO PRÁTICAS,
SABERES E APRENDIZAGENS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora Dra. Cristiane da Silveira

(Universidade do Estado do Amazonas)

Membro: MESC. Fernanda Maria de Freitas Viana

(Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá)

Membro: Prof. MESC. Viviane Pimentel Moscardini Sussumo

(Universidade do Estado do Amazonas)

Dedico este trabalho a Cristiane da Silveira, amiga para todas as horas, que sempre me incentivou a nunca desistir, me fazendo acreditar que a minha condição social poderia mudar por meio da educação. Eternizarei em minha memória sua sábia frase: a educação é a única forma de tornar os desiguais em iguais. Foram essas palavras que estimularam a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível porque pude contar com o apoio e colaboração de muitas pessoas que não mediram esforços para que essa pesquisa se tornasse possível. Mesmo correndo o risco de ser injusta e esquecer de incluir alguns nomes, quero manifestar meu agradecimento a quem mais compartilhou comigo esse processo.

Meu respeito e gratidão a minha mãe Rosilene, carinhosamente chamada de Rosa, que mesmo nos momentos difíceis não me abandonou e tenho certeza que sempre posso contar com seu afeto incondicional.

Agradeço a minha estimada professora Cristiane da Silveira, sem sua presença não seria possível esse trabalho. Obrigada pela confiança e pela clareza nas indicações dos caminhos a serem trilhados, dando-me a liberdade de escolha. Admiro muito suas qualidades como pensadora, mestra e como um ser humano sem fronteiras, o que muito me orgulha. Obrigada por acreditar em mim.

Meus agradecimentos a minha irmã Raianne por sempre me apoiar. Não poderia deixar de agradecer aos depoentes que muito somaram com essa pesquisa. Enfim, agradeço quem diretamente ou indiretamente colaborou com o andamento deste trabalho.

**Preciso suportar duas ou três lagartas para conhecer as borboletas.
Dizem que são muito bonitas. Senão, quem virá me visitar? (O
pequeno príncipe – Saint-Exupéry, 2015)**

RESUMO

A presente monografia pesquisa as transformações das práticas agrícolas em três comunidades de Várzea do município de Tefé: Santa Maria, Santa Cruz e Santa Clara, buscando trazer as experiências dos sujeitos que (res)significaram seus modos de vida. Tratamos de dar vozes por meio da História Oral à categoria dos agricultores que por muito tempo foram marginalizados da História, demonstrando sua relevância enquanto portadores de saberes que muito tem a contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Neste sentido, por meio da trajetória dos depoentes, buscamos investigar no contexto de uma ordem capitalista o processo (re)elaboração nas práticas agrícolas, os aspectos sociais, econômicos e culturais inseridos nessa dinâmica, bem como o protagonismo dos sujeitos que enquanto agentes sociais ativos também souberam dá resposta a essa nova ordem vigente. Por sua vez, assim como o vai e vem das águas que leva e traz os elementos para dar vida a terra, os agricultores seguiram essa dinâmica, deixando e incorporando os ingredientes necessários para dar sentido a sua existência, logo, não estamos trabalhando com perdas das práticas, saberes e aprendizagens, mas sim com (re)significação.

Palavras Chaves: comunidades de várzea, protagonismo, (res)significação, práticas agrícolas.

LISTA DE ABREVIATURA

APROVAZ- Associação dos Produtores de Várzea.

IDAM- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO 1	18
O CONHECIMENTO TRADICIONAL E OS AGRICULTORES DE VÁRZEA	18
1.1 O paradigma dominante da ciência moderna versus práticas tradicionais na agricultura familiar	18
1.2 O agricultor de várzea e o viver amazônico	25
CAPÍTULO 2	29
AS VOZES DOS AGRICULTORES: A VÁRZEA E AS COMUNIDADES RURAIS COM SEUS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS.....	29
2.1 A várzea e o seu significado(s) para os agricultores	29
CAPÍTULO 3	43
O PROTAGONISMO DOS SUJEITOS E O DESVELAR DAS (RE)ELABORAÇÕES E (RES)SIGNIFICAÇÕES NA PRÁTICA AGRÍCOLA .	43
3.1.As metamorfoses na produção agrícola que delinea as formas de sobrevivência	43
3.2 O impacto do pacote tecnológico: a prática agrícola entre rupturas e continuidades.....	49
3.3. As vozes que destoam da ordem dominante: histórias de lutas e resistências	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em consonância com a inquietação de se estudar a categoria dos agricultores, no sentido de situá-los como sujeitos da História apreendendo as suas condições de vida com suas dinâmicas próprias, este trabalho foi ganhando corpo. Compreende-se que produzir conhecimento histórico não é tarefa simples, uma vez que tal processo lida com o domínio da prática de pesquisa que envolvem técnicas e referenciais teórico-metodológicos que são moldados na prática. Assim, escrever a história desses sujeitos não foi fácil, pois a delimitação do tema, do espaço e dos agentes da pesquisa remeteu ao problema das fontes.

Como investigar a história de grupos sociais se pouco documentos produziram e que ainda é pouco estudado pela historiografia? Essas reflexões contribuíram para pensar a dificuldade de levar adiante a presente pesquisa. Mas, como o historiador parte de um lugar social firmou-se o compromisso de trazer a experiência desses sujeitos – os agricultores familiares de várzea – e para isso garimpamos informações que nos permitisse responder a problemática formulada no trabalho.

Foi nessa busca incessante de investigar a dinâmica desses grupos que a história oral foi apropriada, juntamente com uma ata de fundação da Associação dos Produtores Rurais de Várzea (APROVAZ), nos fornecendo dados reveladores de significados e valores engendradas nas relações sociais dos agricultores, abrindo novas perspectivas de construção do conhecimento histórico. Assim, buscamos trazer alguns resultados alcançados no presente trabalho como fruto dessa articulação do diálogo dos referenciais teóricos com a realidade empírica que se investigou.

O objetivo desta monografia foi pesquisar os processos de transformações ocorridas na prática da agricultura familiar nas comunidades de várzea: Santa Maria, Santa Cruz e Santa Clara, buscando compreender seus aspectos sociais, econômicos e culturais em conjugação com suas práticas, saberes e aprendizagens, investigando como ocorreu essa dinâmica que se processou nas relações de dominação, nas transformações e (re)construção nos modos de viver desses sujeitos. Considerando esta proposta, a pesquisa procurou escrever as histórias das comunidades a partir da história oral, identificando as modificações das práticas e saberes agrícolas para assim, analisar as formas e os mecanismos de (re)elaboração da agricultura nas comunidades, bem como investigar o protagonismo dos agricultores inseridos nessa dinâmica.

Sabe-se que a agricultura fortalece a economia local. Os agricultores cultivam uma diversidade de culturas para comercializarem no espaço da Feira Municipal de Tefé. Destaca-se que o processo de comercialização também foi importante para acentuar as transformações no cultivo, o que antes era só para alimentação passou a ser renda familiar (SILVA, 2006). Isso evidencia que os agricultores familiares estão inseridos em uma dimensão mais ampla que é a cidade, na qual fazem o comércio para obter renda e essa receita passa a representar um interesse por uma maior produtividade em curto período para se aumentar o lucro e neste ciclo ocorre uma mutação dos saberes e práticas tradicionais.

A isso se acrescenta o desvendar da realidade dos agricultores familiares da área de várzea amazônica não só no seu cotidiano, mas em uma dimensão que inclua a totalidade na qual a cidade e as relações capitalistas se inserem. Entende-se que a compreensão desses sujeitos exige uma visão complexa que não dissocie o contexto de suas atividades diversas executadas na unidade familiar da totalidade que as engloba, ou seja, da presença de um poder econômico organizado, uma vez que o agricultor de várzea não produz tudo o que necessita, logo, existe uma relação com o mercado que está no seio da expansão capitalista nessas áreas, o que se desdobra em um conjunto complexo de significados refletidos nas práticas agrícolas (WITKOSKI, 2010).

É nesta perspectiva que se deve compreender a prática agrícola executada por esse grupo de agricultores: como um campo de conhecimentos e práticas tradicionais que foram e estão sujeitas ao ciclo de rupturas e permanências. Esses processos nos colocam a relevância de se investigar essas transformações, uma vez que revela os efeitos socioeconômicos e socioculturais para as pessoas que vivenciaram a experiência dessa dinâmica que ocorreu junto com as técnicas agrícolas e conseqüentemente com seus saberes e práticas tradicionais. Buscamos ainda trazer o protagonismo desses sujeitos que como agentes sociais ativos não se inseriram passivamente nessa nova ordem capitalista.

As comunidades em estudo estão localizadas à margem esquerda do Rio Solimões, são importantes fornecedoras de produtos agrícolas que abastecem diariamente a feira de Tefé. Alencar (2013) ao fazer um levantamento sobre a produção proveniente da agricultura familiar de várzea constatou que essas três comunidades são as principais abastecedoras de produtos agrícolas para cidade de Tefé. Essa intensa comercialização é resultado da forma como os agricultores que residem nestas comunidades manejam suas

espécies - fruto de transformações que vem acompanhada pela busca de excedente agrícola, o que significa uma transição de formas de cultivo que simultaneamente agrega outros conhecimentos em uma dinâmica de reelaboração de técnicas que são deixadas e incorporadas.

O espaço dessas localidades possui suas peculiaridades: são áreas de várzea, logo, sujeitas a inundações anuais. Os agricultores dessa região possuem um poder incrível de adaptação, são plásticos e se adaptam de acordo com as necessidades exigidas pelo meio. É no mês de agosto a abril que se pratica a agricultura de forma mais intensa, nesse período ocorre a retração da água e o solo é enriquecido por nutrientes que são renovadas anualmente, viabilizando uma maior produtividade. Aliam-se a isto os conhecimentos tradicionais dos produtores rurais que assim como sazonalidade que leva e traz novos elementos para o meio ambiente, estes também dão respostas criativas a essas situações, se (re)inventando e se (re)criando, em um processo dinâmico de inclusão de continuidades e descontinuidades de práticas e saberes tradicionais.

Essas reflexões desvelam que pesquisas no campo de história lidam em todo o momento com questões complexas que dizem respeito à sociedade, às formas como os sujeitos se organizam as relações de conflito, a qualidade de vida, as disputas entre o conhecimento científico e o popular, a maneira como se relacionam com o meio ambiente, procurando desvendar as ideologias criadas/disseminadas pelos grupos dominantes e/ou as formas de reação dos grupos dominados. Para além dessa questão, atualmente, passamos por um processo de transformação das áreas de conhecimento, buscando novas respostas, a partir da complexidade que carrega cada objeto. Assim, o que motiva a pesquisa é o desvelar das mais variadas tramas sociais, mas isso sob à luz de novas interpretações, tendo como o ponto de partida para o desvendamento das relações sócio-culturais-ambientais.

Associado a essa problemática, o presente estudo utilizou como fonte as entrevistas com os moradores de várzea. Buscou-se o conhecimento sobre a realidade local a partir do olhar dos moradores. Para isso, fez-se necessário criar espaços de diálogo em que os entrevistados foram estimulados a não apenas estabelecerem relações entre presente e passado, mas também se instigou que os vínculos entre as gerações presentes com as raízes do passado fossem fortalecidas. Isso porquê para se orientarem em um período de rápida mudança social, muitas pessoas sentem a necessidade crescente de encontrar suas raízes e de renovar os laços com o passado, em especial o

passado de sua comunidade – sua família, pequena cidade ou aldeia, grupo étnico ou religioso.

Neste contexto, as narrativas foram não apenas relatos de histórias que aconteceram e estão “esquecidas” no tempo, mas fontes relevantes para se escrever as histórias destas comunidades que até o momento encontravam-se apenas em suas lembranças, podendo facilmente se perderem no ar rarefeito da história.

Sabemos que a história oral tem sido uma importante metodologia, dada a atenção que esta dispensa as classes excluídas que possuem escassos registros escritos e que são soterradas por uma narrativa histórica dita Oficial. Dessa maneira, o uso de fontes orais suscita novos objetos, configurando um encontro profícuo com os sujeitos da história, fazendo com que suas experiências sejam reconhecidas, abrindo caminho para a construção do conhecimento histórico comprometido em visibilizar essas vozes que foram silenciadas, contribuindo para o resgate da memória e conseqüentemente para reafirmação de uma identidade.

Para François (2000) *a história oral seria inovadora (...) por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.) (...), seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo” (...), atenta às maneiras de ver e de sentir (p.4)*. Essa abordagem possibilita o descortinar da ação dos sujeitos que foram amordaçados pelos discursos dominantes, possibilitando não só ter conhecimentos dos fatos, mas também à maneira como os atores sociais vivenciaram e perceberam tais acontecimentos.

Por sua vez, a história oral em complemento com outras fontes, desvela outras possibilidades de análise para o historiador, trazendo uma nova abordagem para reconstrução do conhecimento histórico capaz de apreender as condições plurais de determinado contexto histórico sensível as vozes dos sujeitos. Em que pese essa importância, faz-se necessário sublinharmos, portanto, que o uso da história oral não só permite escrever a história dos excluídos, como também, permite expandir as fontes que o historiador possui a sua disposição para construir o conhecimento histórico sobre grupos até então pouco estudados.

Assim, lançando mão de fontes orais, a presente pesquisa garimpou informações reveladoras das experiências dos sujeitos que vivenciaram as metamorfoses em suas

práticas agrícolas. Essa opção com fontes orais descortinou um potencial rico para a reconstrução das experiências desses sujeitos que escassamente produziram fontes escritas e que precisam dada a sua relevância histórica-social terem suas histórias reconhecidas (TELMO, 2003). Ressalta-se que optamos por não divulgar o nome dos entrevistados, por sua vez, escolhemos colocar nomes fictícios para preservarmos a identidade dos depoentes que se disponibilizaram a contar suas experiências, sendo que estes concordaram com o termo de consentimento para divulgarmos os resultados dessa pesquisa.

Somados a essa importância de resgatar a experiência desses sujeitos, o documento da APROVAZ também contribuiu para compreendermos as transformações que ocorreram no seio das práticas agrícolas bem como o protagonismo dos produtores de várzea, revelando significados de valores e práticas sociais manifestadas na resistência desses sujeitos. Tais documentos mostraram-se muito úteis para consecução deste trabalho.

Com efeito, sabendo que a prática agrícola é forte no município de Tefé e a presente pesquisa veio reforçar a importância de se conhecer esses processos como um resgate histórico, pensando uma história centrada nas experiências dos sujeitos sociais, valorizando nossas raízes, fazendo suas experiências serem reconhecidas. Neste sentido, o presente trabalho de pesquisa justificou-se, pois, buscou investigar os processos de transformações ocorridas na zona de várzea, seja no que diz respeito às práticas, às relações sociais e à política. Acredita-se que este trabalho contribuirá para entendermos os fatores históricos, sociais e econômicos que modificaram o modo de fazer agricultura nas referidas comunidades, contribuindo para assim fazermos um balanço sobre as ações dessas transformações para a população tefeense.

Dessa forma, a agricultura familiar configurou-se como objeto de estudo acadêmico por contemplar lutas, conflitos, dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas que uma vez estudadas em uma perspectiva histórica, nos possibilitou colocar essa categoria como sujeitos ativos que na medida de suas possibilidades (re)significam a ordem dominante que teima em predominar com sua lógica perversa que adultera as práticas e os saberes populares. Assim, investigar essa dinâmica implicou trazer à luz uma leitura comprometida com a raiz social que coloca os sujeitos marginalizados como protagonistas na História, capazes de refletir, criticar e agir nas questões socioambientais na sua região.

Essa interpretação da história se fez necessária para apreendermos o viver amazônico. Consideramos que o passado se reabre constantemente, logo, quando se trata das alterações no modo de vida dos ribeirinhos estamos diante de transformações dinâmicas, um ciclo de emergências e continuidades residuais que se processam na construção e reconstrução histórica. Privilegiar essa leitura estimula a reflexão sobre os sujeitos sociais, oferecendo novas abordagens para a compreensão dessas mudanças, tirando da marginalidade e da exclusão histórica o protagonismo de homens e mulheres que em um processo de metamorfose elaboram e reelaboram seus modos de viver.

Considerar a historicidade da relação dos agricultores de várzea com a natureza se faz necessário para não cairmos em uma análise reducionista que não leva em conta a dinâmica sociocultural presentes nas formas de apropriação dos recursos naturais (DUARTE, 2013). É frutífero olharmos os vários sentidos que estes sujeitos criaram e continuam criando na apropriação desses recursos, uma vez que esta visão fragmentada - frutos de uma visão estanque e unívoca - esconde as múltiplas dimensões presentes no movimento da história.

Assim, para compreender esse grupo social é preciso nos abster de uma visão que congela a ação desses sujeitos. Estamos frisando que as rupturas e permanências processadas no seio das práticas dos agricultores de várzea devem estar em uma dimensão histórica que considera o dinamismo cultural. Ou seja, que levam em conta que os saberes são (re)elaborados, pois, se trata de um processo de interação em que se considera as trocas de conhecimentos, de experiências entre os sujeitos que historicamente (re)significam esses conhecimentos.

Neste sentido, a pesquisa histórica reconhecendo que a História não é homogênea e muito menos linear, nos ofereceu uma leitura que problematizou e permitiu direcionarmos um olhar complexo sobre o passado e a sua relação com o presente. Desta forma, não se buscou fazer uma história puramente narrativa, mas construir uma História que partisse de um lugar social comprometida em superar os esquecimentos e vencer o silêncio histórico dos sujeitos que foram soterrados pelo tempo, tirando-os da marginalidade histórica, buscando responder os problemas levantados que estão associados às suas experiências do presente (REIS, 2010).

Neste sentido, o presente trabalho se estruturou da seguinte forma: o primeiro capítulo intitulado “*O conhecimento tradicional e os agricultores de várzea*”, buscou refletir acerca das características dos agricultores familiares de várzea, demonstrando a

sua importância enquanto portadores de conhecimentos tradicionais que precisam ser valorizados frente o paradigma da ciência moderna.

O segundo capítulo: *“As vozes dos agricultores: a várzea e as comunidades rurais com seus múltiplos significados”*, aborda as experiências dos sujeitos que trouxeram em suas lembranças como foi se formando as comunidades revelando em suas vozes os significados do viver em áreas de várzeas, bem como as transformações que se processaram no meio social no qual estão inseridos. E por fim, temos o terceiro capítulo: *“O protagonismo dos sujeitos e o desvelar das (re)elaborações e (res)significações na prática agrícola”* que trata das metamorfoses vivenciadas pelos agricultores em suas práticas agrícolas em um contexto de inserção da lógica capitalista nas suas atividades, assim como o protagonismos desses sujeitos que na medida de suas possibilidades buscaram (res)significar essa ordem.

CAPÍTULO 1

O CONHECIMENTO TRADICIONAL E OS AGRICULTORES DE VÁRZEA

A proposta desse capítulo foi construir uma discussão acerca do conhecimento tradicional que se manifesta sobremaneira na agricultura familiar, abordando o território de várzea como um ambiente dinâmico que carrega saberes e práticas tradicionais. Dessa forma, pretende-se trazer o desvendar do modo de vida dos agricultores de várzea, apreendendo as rupturas e as permanências que se processaram no seio de suas práticas sociais e culturais, tecendo considerações sobre a inserção desses sujeitos em uma ordem capitalista predatória assentada na racionalidade técnica-científica. Pretende-se assim, nesse movimento recuperar aspectos que contribuam para a reconstrução das experiências desses sujeitos históricos.

1.1 O paradigma dominante da ciência moderna versus práticas tradicionais na agricultura familiar

A agricultura é uma atividade praticada há mais de dez mil anos, seu processo foi se transformando, com novos métodos e novas técnicas. Destaca-se que o período pós-guerra, no início da década de 1950, representou um fator importante para aperfeiçoar o modo de produção com relação ao desenvolvimento precoce de espécies cultivadas e controle de pragas nas plantações, com a introdução de insumos químicos, frutos de venenos que eram utilizados como armas nas grandes guerras mundiais. Tornando-se, assim, um grande negócio que se expandiu pelo mundo, acarretando a modernização no campo que ficou conhecido como Revolução Verde (LONDRES, 2011).

Essa modernização da agricultura é emblemática do ponto de vista técnico, uma vez que introduziu um pacote tecnológico: sementes geneticamente melhoradas, fertilizantes, químicos solúveis, agrotóxicos e mecanização. Por sua vez, esse pacote: *“(...) é altamente dependente do petróleo e de insumos externos à propriedade, o que vem causando dependência dos agricultores a uma tecnologia que lhes é alheia”* (BERNAL e MARTINS, 2015, p.54).

No Brasil esse processo também foi adotado. Gradativamente, a agricultura familiar também foi alcançada, modificando suas formas de cultivar; ganhando importância econômica e social. Os processos tradicionais de se desenvolver as culturas de espécies

agrícolas, foram se transformando, sendo parcialmente substituídas por novos métodos. De acordo o IBGE de 1996 a 2006 é nítida a inovação na agricultura familiar com relação à expansão e diversificação de culturas, frutos de novos procedimentos agrícolas (GUANZIROLI, et.al 2012).

O que está em discussão é o resultado da Revolução Verde para os agricultores familiares. Como ressaltou Bernal e Martins (2015) um dos efeitos do pacote tecnológico introduzido com a modernização do campo foi o vertiginoso aumento da produção de híbridos desdobrados no melhoramento genético das plantas que foram monopolizados pelas corporações transnacionais e assim:

(...) o grão obtido pelo agricultor no campo, na geração seguinte, resultado do cruzamento entre híbridos, se plantado dará origem a uma planta muito menos produtiva e sem as características benéficas esperadas. Esse grão híbrido não pode ser usado como semente, sendo necessário adquirir novas sementes da indústria (p.54).

Consequentemente, esse processo refletiu no complexo sistema de produção tradicional do agricultor familiar, dada essa transformação no meio do circuito de cultivo que diminuiu a independência do agricultor. Isso desvela o impacto da Revolução Verde não só do ponto de vista ambiental, mas sociocultural e econômico também, uma vez que com a invasão de sementes híbridas e geneticamente melhoradas diminuiu a qualidade dos alimentos e o mais grave a perda da soberania alimentar, além de aumentar a dependência dos agricultores familiares criando barreiras para a valorização do conhecimento tradicional.

Tal fenômeno é colocado pelo o geógrafo Milton Santos (2006) como complexo, dada as relações conflituosas entre o social e os recursos naturais. É sabido que como fruto desse paradigma dominante da ciência moderna, as relações entre sociedade e natureza tenderem de forma expressiva a se distanciarem e o meio natural a se substituir pelo meio artificial.

Neste contexto, a técnica e a ciência entraram como aliadas das transformações nas práticas tradicionais, inaugurando novas relações com o meio natural. Dessa forma, artificializou-se a natureza e a informação passou a ser utilizada nessa dinâmica como instrumento de conectar o mundo a lógica capitalista, legitimando essa ordem desenfreada de *cientifização e tecnização* do meio natural em detrimento dos interesses dos menos favorecidos.

Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural (...) este é marcado pela presença de materiais plásticos, fertilizantes, co-lorantes,

inexistentes na natureza. (...) Temos a nítida sensação de que não pertencem ao mundo natural. Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. (SANTOS, 2006, p. 160-161).

Em virtude da complexidade desse pensamento é válido questionarmos que a ciência e técnica são condições necessárias, porém, não são suficientes quando se trata do uso racional dos recursos naturais, o que implica reconhecermos que não podemos nos perder nesse mundo dicotômico que insiste em separar o conhecimento e ação, desqualificando outros valores.

Evidentemente o que temos neste cenário é um desafio, uma vez que estamos diante de um contexto de supervalorização do conhecimento científico em detrimento de outras formas de conhecimento e práticas sociais ditas de “senso comum”. Iniciada no século XIX e agravada no século XX a valorização da ciência marca esse mundo pragmático em que a cultura científica e a técnica ganham um significado expressivo na vida dos seres humanos, dicotomizando o sujeito do objeto. A partir desse contexto o capitalismo encontra um campo propício para objetificar a natureza refletida em ações utilitaristas dos recursos naturais, desconsiderando os saberes e práticas tradicionais que passam a ser taxados de antiquados e ultrapassados (GOLÇALVES, 2011).

Morin (2017, p.18) afirma que esse afastamento entre a cultura das humanidades e a ciência gerou consequências significativas para ambas, uma vez que “(...) *o mundo técnico e científico vê na cultura das humanidades apenas uma espécie de ornamento ou luxo estético e o mundo das humanidades vê na ciência apenas um amontoado de saberes abstratos ou ameaçadores*”. Assim, o que germina nesse campo é uma desconfiança recíproca que enfraquece a percepção da complexidade dado essa fragmentação entre as culturas.

A distinção entre ciência e senso comum pode ser feita a partir da ciência como do senso comum, mas o sentido é diferente em cada um dos casos. Quando é feita pela a ciência, significa distinguir entre um conhecimento objectivo e mera opinião ou preconceito. Quando é feita pelo o senso comum, significa distinguir entre um conhecimento incompreensível e prodigioso e um conhecimento óbvio e obviamente útil (SANTOS, 2011, p.109).

É evidente que a ciência moderna se constitui em oposição ao senso comum, negando outras formas de conhecimento que não se enquadrasse em seu paradigma. (...) *“Um modelo global (isto é, ocidental) de racionalidade científica que admite variedade*

interna” (SANTOS, 2011, p.60), mas se defende de outras formas de conhecimento não científico, fruto dessa confiança epistemológica.

Boaventura de Souza Santos (2010) problematiza essa questão trazendo alguns questionamentos:

(...) Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo o conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se apresenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?(p.7).

O que Boaventura de Souza Santos suscita são perguntas simples e profundas que nos elaboram uma resposta emblemática que se resume em um “NÃO”. Assim, a ciência não poderá abarcar sozinha a complexidade da produção do conhecimento e dessa forma, não há motivos para desconsiderar outros saberes pois, todas formas de conhecimento são válidas o que nos permite questionar o estatuto privilegiado da ciência.

Um exemplo interessante a destacar sobre o questionamento desse status superior da ciência, diz respeito a produção de remédios sintéticos em que prevalece uma ideia equivocada de que as indústrias farmacêuticas que criam o remédio. Ora, é preciso reconhecermos que ao contrário do que se pensa “ (...) *o princípio ativo da maior parte dos medicamentos, ainda hoje é encontrada na natureza e depois é sintetizada no laboratório. Se a indústria farmacêutica fosse pesquisar cada uma das plantas e dos animais existentes na floresta tropical, para encontrar fontes de princípios ativos úteis seria como “procurar uma agulha no palheiro”. Para acelerar o processo, as indústrias pesquisam junto aos habitantes locais quais as plantas que eles usam como o remédio*” (BERNAL e MARTINS. 2015, p.36).

Tal exemplo é emblemático para refletir o paradigma dominante da ciência moderna. A herança tradicional racionalista do iluminismo se faz presente de forma expressiva na comunidade acadêmica e científica, pois, ainda predomina a crença do endeusamento da ciência como orientadora hegemônica da produção do conhecimento, omitindo outras práticas tradicionais como o etnoconhecimento, dando créditos aos técnicos e cientistas como dominadores das práticas de apropriação dos recursos naturais.

É, de fato, uma visão que soterra a complexidade da interação, um pensamento simplista que se recusa a reconhecer a contextualização e globalização dos saberes e seus sintomas são profundamente sentidos na construção de um pensamento complexo e isso nos exige que lancemos um olhar crítico no sentido de romper com esse dogma reducionista que compartimenta e fragmenta o saber (MORIN, 2017). Estamos considerando que urge a necessidade de repensarmos esse paradigma da ciência moderna, pois esse modelo se fortalece em contraponto a uma sociedade justa e igualitária, uma vez que quem mais domina a ciência tem mais poder econômico e político, legitimando um cenário de desigualdades sociais.

É evidente que a ciência moderna quando tomou para si o status de monopolizadora do conhecimento, separou o sujeito do objeto e tal posição nos custou caro, pois gerou uma miopia da complexidade e os desdobramentos de tal posição foram significativos para outras formas de saberes.

Por sua vez, não podemos submergir nesses valores que norteiam o saber da ciência, é preciso nos libertarmos dessas amarras de poder, valorizando a ecologia dos saberes que dialoga com os conhecimentos tradicionais, reconhecendo que os saberes estão interligados e isso nos possibilita pensar novos sujeitos a partir de uma perspectiva da interação, estimulando estratégias de desenvolvimento humano não por uma ótica que privilegia uma minoria, mas comprometida com um pensamento ecológico, pautado na coadunação do conhecimento da humanidade com o conhecimento científico (MORIN, 2017).

Entender esse processo se faz necessário, uma vez que traz à luz da discussão a ênfase da importância do papel que as populações tradicionais desempenham na manutenção da diversidade biológica, e também como esses conhecimentos estão vulneráveis às transformações que são influenciadas pelo modelo mundial de dominação. Para se pensar sobre essa problemática, sublinha-se a importância da agricultura familiar que representa o campo do conhecimento, os saberes e as práticas tradicionais, sendo uma porta de entrada para a sustentabilidade social, econômica e ecológica - essenciais para o desenvolvimento humano -, em contraponto a agricultura moderna que desliga a relação equilibrada do produtor com o meio ambiente.

Contudo, esse modelo moderno vem refletindo nesses produtores, por isso é necessário investigar até que ponto a indústria agrária moderna refletiu nas técnicas tradicionais de cultivo e, conseqüentemente, na metamorfose das práticas, saberes e conhecimentos tradicionais dessas populações camponesas, bem como situar os

significados que os protagonistas representados por populações tradicionais deram para esse processo. Trata-se de coloca-los como sujeitos que na medida de suas possibilidades dão respostas à essa dinâmica estabelecida (KÜSTER, et.al. 2004).

Dada a importância desse setor, é válido destacarmos as suas particularidades. De acordo com Bernal e Martins (2015), a agricultura familiar se caracteriza pela pequena propriedade de terra da qual a família vive apresentando diferentes estratégias de sobrevivência, se relacionando com o meio ambiente de forma mais respeitosa, aliando saberes tradicionais com outras técnicas para se fazer melhor o uso dos recursos locais. Mas, pensar a agricultura familiar como uma realidade dada naturalmente é cair em uma análise simplista, visto que essa realidade não foi dada, e sim construída histórica e socialmente. Com efeito, os autores afirmam que:

O termo agricultura familiar é utilizado pelo o Estado brasileiro em suas políticas públicas como um resultado de um processo político de negociação com os movimentos sociais que apóiam uma parcela da população rural que apesar de responsável por grande parte da produção de alimentos no País, encontra-se em vulnerabilidade diante do avanço do agronegócio. Não se trata, portanto, de um conceito sociológico ou antropológico, mas de uma construção política (p.36).

Essa afirmação é reveladora no sentido de expressar que o reconhecimento do agricultor familiar¹ não veio de uma demanda do Estado, mas sim, de uma demanda social que representa a luta árdua dos agricultores para reproduzirem sua existência diante do confronto de interesses com o agronegócio. Essas reflexões contribuem para pensarmos que a investigação histórica deve estar comprometida com esses grupos, trazendo para o centro da discussão os conflitos que são escamoteados por uma leitura dominante para se legitimar uma ordem. Uma vez rastreando essas dimensões conflituosas, viabiliza-se formar um campo fértil de informações reveladoras de significados, de práticas sociais expressadas na cultura desses grupos.

¹ É preciso sublinhar que estamos trabalhando com a categoria de agricultor familiar, mas não se trata de um conceito exclusivamente antropológico ou sociológico, entretanto de uma construção política. Um grupo que luta para que suas atividades sejam valorizadas e reconhecidas pelo o poder público, estes estão incluídos na categoria que se denomina de povos tradicionais que são: (...) *grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem suas formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição* (BERNAL e MARTINS. p.37, 2015). Trata-se assim, de grupo social que luta pelo seu reconhecimento e sua valorização, na busca pela garantia e fortalecimento dos seus direitos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Vieira (et.al. 2006) afirma que problematizar essas questões é reconhecer a experiência humana na História que está permeada de conflitos, logo, vivida de antagonismos e de interesses, o que implica que é preciso situá-la como uma área de possibilidades vivenciadas por sujeitos que criam seus valores, sendo capazes de problematizar sua própria existência.

Reconhecer essa dinâmica contribui para o alargamento da discussão sobre o papel da agricultura familiar, contemplando suas reais lutas, seja as expressadas nas organizações, como também nas mais sutis formas de resistências. Associada à essa concepção, em meio a terra seca surge a oportunidade de germinar a semente do conhecimento que integre em sua análise as tensões sociais, a reelaboração dos significados expressados na organização de existência dos grupos que vivem à margem do poder, como uma maneira de fazer falar os silenciados.

Essa concepção oferece a oportunidade - dada a relevância social e cultural do agricultor - de colocá-los em uma dimensão histórica enquanto sujeitos. Por isso, é necessário fazermos mais estudos sobre esses grupos, pois estes são depositários de práticas e saberes tradicionais importantes na manutenção da biodiversidade, além de serem os responsáveis pela maior parcela da produção da cesta básica nas distintas áreas do país (CAPORAL, 2009).

Constata-se essa importância no fato de os agricultores familiares serem os produtores de grande parte dos alimentos no mundo, cerca de 2,5 milhões de agricultores cumprem esse papel. Não obstante, há uma carência de investimentos² nesse setor por parte do Estado, legitimando a ideia de que a agricultura familiar saiu de “moda”, uma vez que não utiliza a mecanização no campo e possui como princípio a conhecimento tradicional, ignorando intencionalmente que esses conhecimentos viabilizam a segurança e soberania alimentar (PIMBERT, 2009). Isso desvela que

² Com relação a valorização da agricultura familiar, percebe-se que há uma carência expressiva de políticas públicas ao pequeno produtor. E o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado em 1996, representou um marco importante na luta pelo o reconhecimento desses atores sociais junto ao Estado, pois antes de sua criação o agricultor familiar não era reconhecido pelo o governo federal. O PRONAF atua com linhas de financiamento e apoio à agricultura familiar, mas apesar de existir os programas de apoio, nem todos os agricultores são beneficiados, sendo que os projetos de financiamentos para esses sujeitos - inseridos na categoria do grupo B(PRONAF-B, emergencial) - é determinado o valor limitado de R\$ 1.000,00, com juros de 1% ao ano, com o prazo para pagamento de dois anos (SCHNEIDER,et.al.,2004).

interessa a quantidade e não a qualidade³, uma vez que a prioridade está voltada para o aumento da produtividade.

Desse modo, deve-se valorizar a agricultura familiar, pois, é nesse grupo que se encontra a maior capacidade de segurança alimentar⁴, uma vez que são produtores de pequeno porte, plantando uma diversidade de culturas, possibilitando uma maior aceitação de práticas agroecológicas⁵, além de promover o equilíbrio ecológico (ASSAD e ALMEIDA, 2004).

1.2 O agricultor de várzea e o viver amazônico

Sabemos que a agricultura familiar é reconhecidamente uma atividade significativa para a economia de populações rurais na Amazônia fortalecendo a prática agrícola como um meio de subsistência expressivo na região (NEVES 2005). A atividade agrícola na agricultura familiar acompanha uma complexa relação de (re)produção de práticas tradicionais que estão estreitamente ligadas a socialização dos sujeitos que com o convívio entre as gerações dinamizam essas práticas e saberes que são incorporados na reprodução de sua existência.

Neste cenário, o território de várzea é o lócus que coaduna o território com a paisagem humanizada, configurando um ambiente dinâmico no qual o agricultor reproduz a sua existência. Dessa forma, o ambiente de várzea é o local de aprendizagens que é um produto da prática social cotidiana, formando uma rede de relações sociais, criando um campo propício para a manifestação de saberes e práticas tradicionais (WITKOSKI, 2007).

Essa rede de aprendizagem engendra relações sociais manifestadas no compartilhamento das experiências, das tarefas, dos conhecimentos, que são interpretados e incorporados em uma dinâmica de reelaboração de significados necessários para dar sentido à existência do agricultor. Atentar a essa questão significa

³ A Revolução Verde trouxe um pacote tecnológico, culminando na “modernização do campo”, na qual o que importa é o aumento da produtividade e não a qualidade, trazendo como consequência altos custos ambientais, sociais (LONDRES, 2011).

⁴ Segurança alimentar é ter acesso à alimentos em quantidade e qualidade que respeita a diversidade cultural, ambiental e econômica(BRASIL,2012).

⁵ A agroecologia é uma ciência voltada para o uso sustentável do meio ambiente, aplicada na agricultura buscando torná-la ecologicamente sustentável sem prejudicar a saúde, o meio ambiente e a economia, logo, propõe alternativas que supere as práticas do cenário atual – monocultura voltada para a produção de commodities em detrimento dos pequenos produtores. Associada a defesa de sustentabilidade rural, está o comprometimento social no qual a agricultura familiar será a base de uma nova sociedade, valorizando seus conhecimentos e experiências (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

que o ambiente de várzea possui uma plasticidade que é intrínseca do modo de viver ribeirinho e isso revela as “(...) *fronteiras entre o mundo natural e artificial e as metamorfoses e incorporações do primeiro no segundo*” (WITKOSKI, 2007, p.112).

Essa compreensão mostra que quando se trata de conhecimento tradicional, não estamos diante de algo estático, mas móvel, sujeito a mutações, um processo de permanências e continuidades que se refletirmos em uma perspectiva histórica, se constatará que desde a “conquista” da Amazônia, o conhecimento tradicional se configura como dinâmico e sujeito a (re) significações:

(...) apesar do etnocídio, praticado através da cruz e da espada, na posse e conquista pelos portugueses, há um processo de ruptura e continuidade entre os índios das águas e os camponeses amazônicos que atualmente habitam a várzea do rio Solimões/Amazonas – no trato da terra, da floresta, da água como artefatos culturais (WITKOSKI, 2007, p.112).

Isso aponta que os conhecimentos tradicionais possuem seus significados reavaliados historicamente, um fenômeno histórico que descortina o movimento de rupturas e permanências. Tal fato está intricado com a questão cultural, uma vez que a cultura é a síntese entre estabilidade e mudança, passado e presente. Dessa maneira os significados não são congelados, estes são (re)elaborados, a partir de perspectivas diferentes, metamorfoseando os saberes que são organizados de forma que dê sentido aos sujeitos desse processo. Ora, por essa perspectiva, é frutífero refletirmos que quando se trata de transformações, estamos diante de um complexo quadro de significados que são (re)elaborados em uma dinâmica cultural reproduzida na ação. Assim, quando se trata de modificações de práticas tradicionais, não estamos falando de abandono, mas de (re)significações (SAHLINS, 2003).

Considerando essa perspectiva, identificamos que no seio das transformações as categorias culturais dão resposta à essas modificações. Reconhecer essa dinâmica é importante, visto que se compreende que as sociedades incorporam os eventos não de forma unilateral, mas de forma diversa. Assim, evidencia-se que há elementos extremamente dinâmicos que reescrevem os significados das práticas e saberes tradicionais que se manifestam nas ações criativas dos sujeitos históricos.

Entendemos que a reprodução da existência ribeirinha carrega consigo um conjunto complexo de significados e determinações. Nesse universo, o viver amazônico é marcado pelo uso da terra, da floresta e da água, delineando o perfil do modo de vida do ribeirinho que se (re)inventa constantemente apoiado na sua experiência

tradicional acumulada e (re)configurada no tempo e no espaço para assim, manejar esses sistemas culturais complexos que produzem a base de sua subsistência (WITKOSKI, 2007).

Essa perspectiva contextualiza a região de várzea, local onde foi desenvolvida a pesquisa, contribuindo para pensarmos não só sob uma ótica de descrever o que é o ambiente de várzea, mas também refletir esse espaço no contexto das transformações como fruto de intervenções de diferentes atores sociais que com seus interesses, práticas, valores e culturas constituem o seu modo de viver próprio.

“A região, assim, não pode ser tomada como um dado acabado e estático, antes exige ser pensada como um processo em construção” (TELMO, 2003, p.54). Desse modo, a várzea exprime não só um ambiente físico – com elementos observáveis e sujeitos de descrições objetivas, - mas como um meio no qual as práticas dos sujeitos atuam historicamente. O que queremos suscitar é que os agricultores de várzea são pertencentes a um grupo sociocultural que possuem um capital de conhecimento expressivo que não podem ser compreendidos por um isolamento do contexto da relação com o meio no qual estes reproduzem a sua existência.

Notamos então, que o ambiente de várzea é o *lócus* dos ribeirinhos amazônicos. Tal território expressa um espaço de vários aprendizados contínuos engendrados nas relações sociais, econômicas e culturais uma vez que se trata de um ambiente em que o ciclo da água impõe adaptações refletindo uma complexa dinâmica de relação do agricultor com o ambiente amazônico (WITKOSKI, 2007).

Diante desse quadro que entende o viver do agricultor de várzea enquanto construção histórica, ou seja, como dinâmico, consideramos que nesse movimento de se constituir enquanto sujeitos desse processo, esses atores sociais passam por um caminhar marcado por adaptações e (re) invenções configuradas na relação que estes mantem com a natureza. A forma como se relacionam com esse meio está intimamente vinculado com as práticas, saberes e aprendizagens que são conceitos que possuem suas particularidades, mas que ao mesmo tempo formam um conjunto indissociável de significado expressivo para a experiência cultural desses sujeitos.

Tem sido importante abordar tais conceitos, pois entendemos que a várzea é o local em se conectam a aprendizagem, os saberes e as práticas que se entrelaçam com a cultura. Assim, *“ a aprendizagem é situada em complexas comunidades de práticas (culturais e mutantes como parte do processo histórico que constitui a vida social). As mudanças nas práticas são processos culturais, coletivos, pessoais, situados e*

historicamente constituídos” (LAVE, 2015, p.39-40). Esse movimento mútuo implica reconhecermos que a cultura gera aprendizagem, contudo, a aprendizagem produz cultura e nessa dinâmica o saber é produzido embasando a prática.

Ao assumirmos essa visão compreendemos que a aprendizagem não é congelada, uma vez esta é um fenômeno difuso que configura uma relação social histórica que não é estática. Dessa forma, a aprendizagem do agricultor de várzea não está imersa em uma condição imóvel, entendemos que nesse processo de fazer com que os seus membros aprendam os saberes e práticas são (re) elaborados e (res) significados. Assim, por mais que a aprendizagem nesse grupo sempre se dê nas relações sociais de parentesco, ou seja, no seio familiar em uma experiência cotidiana, em que os filhos desde pequeno acompanham os pais nas atividades agrícolas, é preciso reconhecer que não se trata de um processo de transmissão de conhecimentos, pois tal termo pressupõe que os agricultores são mecanismos em que são depositados os saberes que não são processados.

Ora, é sabido que esses agentes sociais estão em constante aprendizagem, não é possível situá-los em uma perspectiva unilateral em que um ensina e outro assimila, como se só existisse uma forma homogênea de técnica e ferramentas para a aprendizagem, uma vez que existem diferentes modos de participação e de apreensão nessa dinâmica de reprodução das práticas agrícolas. Por sua vez, estamos sublinhando que nesse processo uns aprendem com os outros, (res)significando o conhecimento que na prática encontra a condição para sua existência, ou seja, os agricultores de várzea aprendem socialmente participando e essa experiência não se configura de forma mecânica e linear, mas sim em um círculo de interações que se processa no seio de suas práticas.

CAPÍTULO 2

AS VOZES DOS AGRICULTORES: A VÁRZEA E AS COMUNIDADES RURAIS COM SEUS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS

Neste segundo capítulo buscamos analisar as vozes dos sujeitos que contaram suas experiências guardadas em sua memória que uma vez dialogadas com os referenciais teóricos, nos possibilitou compreender o processo de constituição das metamorfoses processadas no seio das relações sociais construídas nas comunidades. Pretendemos ainda abordar a forma como o ambiente de várzea é compreendido pelo agricultor, abrindo caminhos para entender o significado imposto por esse regime fluvial na dinâmica sociocultural.

Entendemos que analisar a história vivida por sujeitos nos possibilita conhecer a forma como esse grupo se inseriu e percebeu as modificações ocorridas no seio de suas práticas. Dessa maneira, as informações prestadas pelos depoentes que vivenciaram os acontecimentos que marcaram as transformações nos provocou uma interação fértil com o conjunto de informações sobre esse contexto histórico, possibilitando uma análise mais aprofundada sobre a dinâmica sociocultural presente no viver do agricultor de várzea, contribuindo para compreendermos como que estes (res)significaram a cada ciclo fluvial a sua existência.

2.1 A várzea e o seu significado(s) para os agricultores

Investigar a dinâmica sociocultural dos sujeitos que vivenciaram as transformações em suas práticas agrícolas, nos remeteu a entendermos como a várzea é compreendida pelo agricultor, bem como os significados que cada ciclo desse regime fluvial impõe na adaptação dessas populações, ou seja, como as continuidades e (des)continuidades se desdobram nessa dinâmica.

Esse fio condutor nos permitiu compreender através das vozes dos sujeitos o território do agricultor de várzea que representa o lócus das relações econômicas, sociais e culturais e, assim, possibilitou trazer o viver de várzea que a cada ciclo da água leva e traz experiências e significados engendrados nas práticas, saberes e aprendizagens.

Seu Matias apresentou a várzea da seguinte maneira:

A várzea é pra mim é muito bom para trabalhar porque tudo que aquilo que agente planta dá bem e dá rápido. Agente tem um recomeço. (...) Quando alaga, todos os anos que alaga, todo tempo agente tá recomeçando. É porque quando enche acaba com o que

agente tem né, aí, quando a água desce, aí agente vai plantar de novo, tá recomeçando, né? Então se alagar todos os anos, todo tempo agente tá começando, porque o plantio da várzea é assim (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018)

A fala de seu Matias compreende a várzea como espaço de constante recomeço. O ciclo das águas simboliza um recomeço singular no modo de vida dessas populações, pois, quando a enchente vem, cobre na maioria das vezes as áreas agricultáveis, fazendo com que os agricultores se insiram em uma dinâmica de sempre recomeçar com os seus plantios. A afirmação do depoente o que se revela é que os agricultores de várzea fazem o aproveitamento das áreas cultiváveis com ênfase a cultivos de ciclo curto, uma vez que essas áreas estão sujeitas a inundações periódicas o que manifesta uma forma peculiar desses sujeitos de relacionar com esse meio. Por mais que esses atores sofram perdas significativas de seus cultivos durante a subida da água, esta ainda representa a possibilidade de renovação dos nutrientes, viabilizando começar novamente com a oportunidade de aumentar a produção.

A condição de vida dos agricultores de várzea é marcada por essa sazonalidade. Mas, estes enquanto sujeitos dão repostas criativas a esse regime fluvial e uma das formas encontradas para esse recomeço é como citou seu Matias: *“agente fazendo os canteiro pra colocar os plantios em cima né? pra gente se manter até a água sair pra gente continuar trabalhar como vinha trabalhando antes né?”* (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018). O seu João também revelou em seu depoimento essa plasticidade, afirmando: *“agente se adapta muito, seja na seca, seja na enchente. (...) quando a água subia agente levantava as plantas pra salvar, tirava os toros de jaurí (sic), no machado. Tudo era com luta, partia ele em ripa e aí fazia os canteiros, aí enchia de terra, não era fácil não, isso tudo com muita antecedência”* (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Neves (2005) afirma que essa relação do agricultor com o ambiente de várzea é tecida por saberes, técnicas e alternativas estratégicas que são próprias do modo de vida desses atores sociais que na medida de suas possibilidades produzem formas de se (re)inventarem, assegurando a reprodução de sua existência.

Na esteira dessa discussão sobre o significado que a várzea representa para o agricultor, percebemos que esse ambiente não é só físico, mas humano também, pois nele se encontra as relações sociais desdobradas na capacidade desses agentes sociais de produzirem ferramentas para darem respostas aos problemas suscitados pelo ciclo das

águas. Os agricultores compreendem o ônus e o bônus que são inerentes da condição do viver amazônico em área de várzea e na voz do seu Matias, é possível percebermos esse entendimento, quando ele afirma:

(...)A enchente é ruim pra quem mora na várzea, é ruim porque quando alaga, ninguém tem como plantar. Mas, só que a várzea é boa, a várzea é boa pra gente plantar, tudo que agente planta dá né? É rápido, não é como a terra firme, a terra firme é por ano né, e na várzea não, você planta, logo tá colhendo. A vantagem da várzea é essa, não demora não, ali se alagar você, quando sai a terra começa plantar e logo você vai colher. A várzea só é boa por isso (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

O significado da água, assume aspectos dinâmicos, uma vez que a força do regime fluvial que é próprio do ecossistema de várzea, manifesta perdas e ganhos. Assim, “(...) a dinâmica imposta pelo o ciclo das águas, que num momento mata e no outro ressuscita, faz crer, para esses homens, mulheres e crianças, que o que prevalece, no final das contas, é a vida – por isso lá permanecem” (WITKOSKI, 2007, p.120).

O seu João fez o seguinte depoimento sobre a várzea:

(...) A várzea é pra mim, ela representa muitas coisas, primeiramente ela representa riqueza né, riqueza, porque quem planta na várzea, se você plantar um pé de cebola hoje, com um mês você já está tirando, mas se for na terra firme não é assim, você planta uns pé de macaxeira com seis meis (sic) já dá pra comer a macaxeira cozida e na terra firme não dá. Então, por isso que eu digo, a várzea pra mim representa riqueza (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

A dona Alice fez a seguinte afirmação a respeito da várzea:

A várzea pra mim, ela representa um plantio, como assim, uma renovação. Agente perde, quando a água vem, mas quando baixa as águas tudo é renovado e agora nós sentimos que cada vez há mais pra nós. A água, a várzea, é a melhor terra pra nós agricultor (...) Então, a várzea na minha experiência de 75 anos, eu abraço ela (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Percebemos nos relatos dos depoentes que a várzea possui um significado de riqueza dada a quantidade de nutrientes que fertilizam o solo, um ambiente que constantemente se renova dando ao agricultor a oportunidade de aumentar a produção em um curto prazo. Com a estação das cheias as margens dos rios são fertilizadas em distintos graus e o agricultor aproveita esse movimento para a exploração agrícola (WITKOSKI, 2007).

Dona Alice afirmou ainda:

(...) Há érica (sic) de tá tudo seco e tem a érica da água, mas quando ela baixa o que nós perde renova tudinho de novo, pra mim é muito especial e eu abraço e amo a várzea até a morte (...). Até as formas de cultivo se renova. Olha, eu já plantei, hoje não planto mais nenhum pé, maracujá, já plantei, agora num planto mais e o meu filho (...) já planta, planta também o cultivo de bringela (sic), eu nunca tive esse plantio, nunca eu cultivei esse plantio né. Os tempos que se passaram e agora a terra tá renovada, agora tá especial, olha como ela se renova. A várzea é uma parte que ela é frutificadoras (sic), em éricas da seca, na água perde, mas quando baixa agente recupera tudo o que perdeu (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018)

Recomeçar implica adaptação e adaptação nesse espaço é marcada por uma tessitura de vários aprendizados contínuos engendrados nas relações socioculturais dos agricultores de várzea. Neste cenário é possível perceber na fala de dona Alice que a relação do agricultor com a várzea vai além do uso dos recursos naturais oferecidos, esses sujeitos não se constituem em oposição fixa com o meio, mas em posições relacionais que se desdobra em uma afinidade revelada na fala da entrevistada quando diz que a várzea tem um significado especial por isso a ama e abraça. Para Oliveira (2016) essa compreensão torna visível uma simbologia concebida como um sentimento de pertencimento ao meio semelhante a sensibilidade com que as agricultoras têm com seus filhos dando passagem a um apego afetivo com o ambiente.

É revelador também quando a moradora comenta que o ciclo da água também traz consigo a renovação das práticas agrícolas, uma vez ocorrendo a retenção das águas os saberes são (res)significados descortinando novas possibilidades de reproduzir a sua existência em uma dinâmica em que se deixa e incorpora determinadas culturas agrícolas como é o caso citado, a depoente deixou de plantar maracujá, mas seu filho deu continuidade com novas técnicas e com novos cultivos, no caso a berinjela.

Estamos considerando que esse processo revela que a aprendizagem não é linear. Para Lave (2015) a aprendizagem é dinâmica, desconstruindo a visão que existe uma linha rígida entre o sujeito que ensina e o sujeito que é ensinado, pois o contexto de ensino-aprendizagem não se limita a mera transmissão de conhecimentos, com efeito, não necessariamente é preciso ensinar para aprender. Dessa maneira, a reprodução das práticas agrícolas se processa por meio do engajamento progressivo em que a aprendizagem se dá de maneira fluída e contínua, configurada na experiência cotidiana, nas práticas agrícolas iniciadas no seio familiar, em que existem formas peculiares de cada um participar e apreender com esse o convívio.

Dona Alice apresenta em sua fala apresenta esse processo de ensino-aprendizagem por meio do engajamento na prática elaborada no cotidiano: “*Meu pai*

pescava, era pescador, pescava e a minha mãe, eu com ela desde os 4 anos de idade, eu já trabalhava com minha mãe já, parece uma história sofrida né? Era capinar roça e ajuntando aqueles ciscos, alegre, jogando, desde os 4 anos de idade” (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018). Então, verificamos na voz da depoente que desde cedo esta foi inserida na prática agrícola realizando pequenas atividades como jogar ciscos, acompanhando a mãe nas tarefas diárias da agricultura e dessa forma se engajando não para aprender por meio da transmissão, mas pela participação que lhe assegura fazer parte de uma realidade em que a aprendizagem pode ser (res)significada no seio da prática social cotidiana.

Assim, a forma como esses atores sociais se relacionam com o complexo ecossistema de várzea nos leva a pontuar que esse espaço representa a reprodução social, econômica e cultural dessas populações que sobrevivem inseridos em uma dinâmica configurada na potencialidade do uso do etnoconhecimento dos recursos disponíveis, se ajustando por meio de esforços expressivos no que se diz respeito a adaptação ao vai e vem das águas de várzea. *“(…) É como se eles soubessem e vivessem o aforismo baconiano, saber é poder, mas “dialogando” com a natureza”* (WITKOSKI, 2007, p.126).

2.2 As comunidades e suas formas de organização e sociabilidade

Sabemos que o mundo da várzea se configura em uma dinâmica em que o movimento da História se faz presente revelando a complexidade que se projeta nas formas de organização social e na vida dos sujeitos que se relacionam com o meio, traçando formas de sobrevivência. Neste sentido, será nas vozes dos sujeitos que encontraremos o que significa esse universo da várzea impresso nas formas de organização social caracterizado no cotidiano dos moradores, investigando as relações sociais estabelecidas bem como as transformações pelas quais passaram e como estas são percebidas pelos sujeitos que a vivenciam.

Partindo dessa visão podemos formularmos algumas considerações que nos permitem compreender esses atores enquanto produtores de sua realidade social, identificando nas suas memórias, expressadas nas falas informações relevantes para se construir um quadro de como se constituiu a comunidade, as relações formadas de solidariedade, bem como as raízes que esses sujeitos criaram.

Encontramos evidências de um processo de mobilidade espacial movido por diversas motivações que nos permite compreender a trajetória desses sujeitos antes de chegar as comunidades em estudo: *“Nasci aqui mesmo no Tarará, vivo aqui onde trabalho há quarenta anos, nasci lá no terreno do papai, lá em cima. Porque o terreno do papai era pequeno e nós era muitos né? Aí tava ruim para gente trabalhar né, que o terreno era pequeno pra trabalhar muita gente. Aí eu fez esforço para trabalhar e comprar esse terreno daqui”* (Seu Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

Percebemos que na voz de seu Matias um processo de mobilidade espacial, quando este afirma que nasceu na ilha do Tarará, mas teve que se deslocar para outra localidade onde pudesse usufruir de maior quantidade de terra para trabalhar, pois dado a quantidade de irmãos que eram muitos não era possível exercer sua atividade de forma satisfatória, levando-o a migrar para o local no qual vive até hoje que é a atual comunidade Santa Maria.

Histórias de deslocamentos também pode ser encontradas na trajetória de vida do seu João:

Bem, eu nasci legitimamente na Costa de Tefé, ali no lugar chamado de Boa Vista, era Boa Vista aquele lugar. É eu morava lá. Nessa comunidade aqui eu mora (sic) há mais de 25 anos, acho que já faz é mais, eu criei todos os meus filhos aqui. Bem, antes deu vim morar pra cá eu fiz uma viagem pra Japurá com toda a minha família, minha mãe, meus irmãos, tudinho né. Ah, naquele tempo era difícil minha filha, muito difícil, a luta do dia-a-dia. Porque o meu pai morreu – Eduardo falado – e mamãe ficou já desmatriada (sic) (...). Nós fiquemos aí desmoronado, sem recursos, porque naqueles tempos era ruim, não tinha feira, não tinha verdura, não tinha nada. (...) Nós já tava pro lado daqui e atravessaram nós pro lado de lá (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Sua fala é reveladora pois demonstra que a mobilidade espacial foi movida pelo fato de o pai do depoente ter falecido o que levou sua família viver tempos difíceis. O que é expressivo em sua fala é que sua família foi embora do local de origem, não obstante retornaram se reestabelecendo na mesma região onde nasceram, mas dessa vez do outro lado do rio, isso aponta a força que esses sujeitos possuem em se adaptar mantendo-se na própria terra um fenômeno que mostra que apesar de esses sujeitos terem se deslocado estes criaram seus filhos, construindo raízes e laços no local onde moram.

Indo nos rastros das experiências expressadas na trajetória dos nossos sujeitos foi possível trazer lembranças que nos permitiu investigar como essas comunidades se constituíram, bem como as relações sociais e os valores traçados em sua organização e as transformações que se processaram.

Na voz dos entrevistados identificamos como foi se traçando a comunidade, pois estes descreveram como era o lugar quando chegaram, o que nos possibilitou criar um cenário a partir de suas lembranças do processo de constituição dessas comunidades. Seu Matias lembra: *“a quantidade de gente que tinha nesse terreno aqui só era duas casas, só dois moradores que tinha mesmo, que era eu com o Peruano né?. Não tinha comunidade não. A comunidade foi fundada depois que passamos morar aqui. (...). Pois, sim, aí começou de pouco né? Vai, e foi chegando os filhos né?, aí foi aumentando, aí que já foi pra fundar o nome da comunidade pra facilitar mais o trabalho”* (Ssenhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018). Se nota que ainda não existia comunidade na época da chegada de seu Matias, este e mais um morador quando formaram suas famílias foram partícipes no processo de formação da comunidade.

Dona Alice tem em sua memória como era antes o local que hoje é a comunidade Santa Clara:

Era difícil, era difícil, de vizinho mesmo dos primeiros moradores, primeiro foi do lado de cima Jose Barbosa e do lado da parte de baixo Florentino Carlos de Souza e na ponta era o Calistro, que era o dono da ponta que era o Calistro, Calistro ficou com a pontinha,era do Calistro. Era os três moradores, era só o lugar. Pra formar a comunidade foi depois das famílias que hoje em dia é toda ocupada como uma vila. Uma vila que eu tenho da minha família né? era do meu pai, de lá eu casei, so da minha família são onze filhos, onze. Todos meus filhos trabalhava aqui, todos na comunidade, na agricultura, eu casei, teve minha família, os meus filhos nascerem e criaram aqui e depois mora aqui do meu lado. Só do meu lugar na minha comunidade (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Da mesma forma que seu Matias, dona Alice afirma que ainda não havia comunidade e que havia poucos moradores, o que evidencia que esta também presenciou o processo de formação da comunidade que cresceu juntamente com a formação das famílias.

Seu João recorda:

Esse lugar aqui quando nós chegamos, minha filha, ele não era explorado como é agora, agente vinha de lá pra cá por um caminhozinho estreitinho né, estreitinho, só era capoeira, não tinha esses caminhos bonitos. (...) Não tinha comunidade não, lembro que os primeiros moradores daqui era o finado Ozório, depois que veio outra família, primeiramente veio eu com a minha esposa, daí os filhos veio o filhos do vizinho chamado Barbosa que foram crescendo, foram já casando, botando outras mulher que num é daqui e assim foi ajuntando né e assim que se formou (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

É significativo quando o depoente menciona também que não havia comunidade, existia apenas localidade⁶, sendo que foi juntamente com o crescimento das famílias que a comunidade foi se constituindo, passando a ser transformada dada a relação desses sujeitos com o meio que através de suas atividades sociais, econômicas e culturais (re)criaram a natureza, humanizando-a, ou melhor construíram uma historicidade. É possível perceber na lembrança de seu João que esse local era pouco explorado, mas com o crescimento dos moradores modificou-se o seu entorno natural e isso desvenda as relações desses habitantes com o uso dos recursos naturais que por sua vez engendram relações sociais, políticas e culturais (DUARTE, 2013).

Por sua vez, ao descreveram como era o lugar quando nele chegaram, se evidenciou características naturais do ambiente, como este foi transformando pela presença humana, além de explicitar informações demográficas do lugar, pois verificamos na fala dos entrevistados que quando chegaram nesses locais, havia poucos moradores.

Esses aspectos nos fazem compreender que as comunidades rurais se constituem a partir desses pequenos grupos que se organizam nessas pequenas áreas que com a formação das famílias se acrescenta novos integrantes e nesse espaço se constroem laços de sentimentos que se fortalecem nas relações cotidianas. Assim, a categoria comunidade vai se definindo por meio desses laços afetivos, de parentesco, de união, dando coesão a uma rede de relação de pessoas que se sentem pertencentes ao esse território (WIGGERS, 2012).

⁶ Na fala do depoente a localidade se difere da comunidade porque se tratava de um espaço peculiar em que não havia o nome de comunidade que só veio a ser fundada com seus referidos nomes através do incentivo do IDAM, como nos relatou seu Matias: “(...)Foi o pessoal do IDAM, foi eles que começaram né? aí já depois que eles começaram né?. Mas primeiramente foi por eles. A fundação foi do IDAM (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

Uma característica marcante encontrada nas vozes dos depoentes diz respeito a força de trabalho, o significado que a comunidade possui no que concerne as relações estabelecidas na organização social, e como esses laços de solidariedade se transformaram. Dona Alice ao ser perguntada sobre como era a organização no trabalho, afirmou: *“Minha filha, nos princípios das famílias, não tinha esse negócio de diária, os trabalhos era só da família”*. (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho). Dessa maneira a agricultura familiar em área de várzea possui essa característica peculiar em que a força de trabalho se faz expressivamente na família, mas identificamos no relato de dona Alice que essas relações passaram por um processo de modificação, quando esta coloca: *“não existia esse negócio de diária”*, um meio de trabalho baseado na mão-de-obra remunerada, ou seja, de cunho contratualista que hoje se faz presente nas práticas agrícolas.

Outra informação importante que Dona Alice nos forneceu diz respeito a rede solidariedade que se constituiu entre as mulheres que se organizaram e criaram um clube de mães o que demonstra como afirmam NASCIMENTO E FREITAS (s/d) que: *“as mulheres, (...) não tem só capacidade produtiva, tem, sobretudo poder de articulação e organização”* (p.04).

Existia aqui (...) nós mulheres, tinha a Clara, ela era a presidente do clube de mães, nós trabalhava como um clube de mãe, unidas, fazia, eu fazia vassoura, eu aprendi fazer cesta, paninho, paninho pra camarão, tudo, tudo. Tinha aquela que sabia e ensinava no nosso clube. Nazare me ensinou a fazer balaio. A mulherada se reunia pra fazer, como era mesmo o nome, arte... ah, era artesanato, era esse aí mesmo. Quem teve essa ideia foi a Clara pra fazer o clube de mãe, era no grupo (escola) que era o local da gente tecer e as tarefas era assim: cada uma de nós ia tirar arumã, tirar jacitara, o que nós usasse, nós tudo de comunidade, tudo que agente precisava tirava, tudo nós fazia e vendia, era a presidente que pegava o dinheiro, hoje em dia não tem mais, tudo acabou, mas foi um princípio muito abençoado. Esse clube era só nós mesmo, os homens não, eles iam pescar e nos tinha de fazer nossos produtos. Nós tinha o nosso clube e os homens tinha a comunidade, eles abriam roçado, roçavam que era pra plantar, era nós que plantava (Entrevista concedida no dia 23 de julho).

Dona Alice aponta essa rede de solidariedade que se construiu entre as mães da comunidade. Essas atoras sociais tiveram a iniciativa de se organizarem e assim formaram um clube de mães em que uma ajudava a outra, quem sabia ensinava quem ainda não tinha prática na confecção de artesanatos que eram feitos partir da coleta de matéria-prima retirada da natureza. Para a depoente, esse processo tinha um significado de união e essa adesão social que se formava quando essas mulheres se reuniam para

produzir os artesanatos simbolizava a comunidade que por sua vez representava o compartilhamento de experiências, de ensinamentos e aprendizagens operacionalizadas no cotidiano dessas pessoas.

Se trata de um cenário socioambiental rural na várzea que mostram formas de organização produtiva e social desses sujeitos que se articulam enquanto protagonistas de suas histórias com meio natural e cultural para reproduzirem a sua existência. Assim, temos um quadro que representa o modo de vida de várzea, em que os agentes sociais combina os recursos disponíveis com a organização social da comunidade em uma lógica que agrega saberes e valores que garantem a reprodução da unidade familiar.

Há também na agricultura familiar de várzea a organização da força de trabalho seguindo o critério de gênero. Seu Matias revela: *O trabalho da mulher pra trabalhar assim com agente na comunidade era só capina né e do homem não, do homem era trabalho mais pesado, derruba de pau, encoivaração, essas coisas assim (risos)* (Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018). Essa informação mostra que existe uma divisão de tarefas entre homens e mulheres, ficando os homens responsáveis por exercícios que exige mais força física, como abertura de roçados, encoivaração e as mulheres incumbidas de tarefas como plantio e capina. A esse respeito, Alencar (2013) afirma:

Na Amazônia em geral, a divisão de tarefas entre homens e mulheres exige um esforço físico para ambos, entretanto os homens se concentram mais na abertura de áreas para o plantio, além de outras funções, e as mulheres também possuem um papel representativo na agricultura realizando atividades como capina e manutenção das áreas, além de realizarem outras atividades (p.13).

Seu João fez a seguinte afirmação:

Bem, no trabalho, para isso a minha esposa soube criar bem os filhos, era só a família mesmo. A família todinha, eu roçava pra ela prantar e assim agente se dividia, aí ia pescar eu era o lontra, só para pescar e dá de comer pras filhas tudinho. Mas era ela que administrava o trabalho né, trabalhavam muito. (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018)

. Percebemos que a mão de obra é familiar e na divisão das tarefas organizadas em torno da família, o homem fazia a abertura dos roçados e buscava alimentos por meio da pesca, já a mulher tinha um papel importante de realizar o plantio, executando o trabalho acompanhado pelos filhos. A figura da esposa é reconhecida pelo depoente

como tendo um papel central, uma vez que ficava à frente do trabalho dentro da unidade familiar.

Com relação ao significado do é que a comunidade para esses sujeitos, identificamos que esta representa para os moradores um laço de união, mas essa rede de solidariedade que deveria representar a comunidade foi se transformando.

Seu Matias em sua fala nos revela:

(...) A comunidade do jeito que era antes, hoje não, hoje que você só tem o nome de comunidade ne, porque antes a comunidade que era comunidade, agente se reunia né? Fazia aquela reunião, fazia, cada qual tirava um dia de trabalho e ai naquele dia todo mundo ia ajudar. E hoje não, hoje só tem o nome de comunidade, porque preste atenção que ninguém ta se ajudando não, de jeito nenhum, só é o nome de comunidade. Antigamente não, antigamente era comunidade, que era, agente se reunia pra ajudar um ao outro e agora não, tem a comunidade? Tem! Mas ninguém se ajuda assim não. De jeito nenhum, tá fazendo um trabalho, trabalho um do outro não. Se quiser trabalhar para o outro tem que pagar agora, aí já não é comunidade, comunidade só o nome, porque mudou né? Naquele tempo não, não sei como que é, antigamente era mais difícil e agente tinha como ajudar o outro, tinha aquele tempo pra ajudar o outro e hoje por que que não tem? Eu num sei se também, essa nova geração, é já veio assim, mais diferente, cada qual quer trabalhar pra si. Agente faz sim, mas se pagar um dia de trabalho de um, um dia trabalho de outro, ai faz o trabalho dele, mas se reunir mesmo pra fazer trabalho como agente fazia de primeiro na comunidade, não, faz de jeito nenhum. Tá muito dificultoso de uns certos tempos pra cá, mas por que que não sei (Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

Foram colocadas na afirmação de seu Matias, apontando que a comunidade representa para o depoente uma organização em que as pessoas se ajudam. O que ressalta na voz desse sujeito é o critério de união, o cimento que dá liga a comunidade, e assim, viver em comunidade não é só ser integrante, mas participante solidário que se dispõe a colaborar com seus pares, ajudando-os, cedendo um dia de trabalho, e sendo ajudado também, uma rede de solidariedade que se constrói em torno do sentimento da valorização da consciência coletiva.

Dessa forma, estamos diante de um cenário de sociabilidade em que os comunitários interagem, seguindo uma troca de doação, de comunicação que fundamentavam o sentimento de união, de solidariedade na comunidade. Esse vínculo demonstra que esses indivíduos construíram uma solidariedade fruto de trocas econômica, cultural e política espontâneas entre os sujeitos.

Para Nascimento (2014) a sociabilidade é uma característica fundamental na natureza humana, pois trata-se de viver em sociedade interagindo de sujeito para sujeito, em um processo permanente de diálogo que se alicerça na interação, na ajuda mútua que ganha corpo nas relações sociais e culturais na comunidade, construindo um sentimento de solidariedade e união compartilhadas no viver cotidiano dos comunitários.

Turcatto (2010) afirma que a solidariedade é compreendida como um sentimento de reciprocidade e interdependência e assistência entre os sujeitos de um determinado grupo. Assim, partindo desse pressuposto, a solidariedade representa comportamentos e atitudes que tem como base a ajuda mútua que se constitui em um processo de socialização. Aron (2008) baseado nas ideias de Durkheim, aponta que existem dois tipos de solidariedades: a mecânica que é argumentada por Durkheim como uma sociedade fundamentada no valor da consciência coletiva em que os indivíduos possuem laços baseados em sentimentos, crenças, tradições em comum. A outra solidariedade é a orgânica, que se caracteriza pela divisão do trabalho, as pessoas se unem por esse fim, tal solidariedade é típica das sociedades modernas capitalistas em que prevalece a consciência individual.

Não obstante, o que salta aos olhos é a transformação desses laços da solidariedade mecânica. O depoente traz em sua fala um sentimento de incompreensão, no sentido de não entender porquê que nos tempos mais difíceis as pessoas tinham disponibilidade e vontade de ajudar uns aos outros e hoje não é possível identificar esse compartilhamento de valores, de doação. É emblemático quando seu Matias fala que hoje comunidade é só no nome, uma vez que as pessoas não se unem mais em prol da ajuda mútua, para ele o que prevalece é uma consciência individual, típico das sociedades capitalistas, pois o trabalho não é mais baseado na troca de favores, mas por meio de contrato que se concretiza na mão de obra remunerada.

O mundo capitalista opera cada vez mais na desestruturação das relações de trabalho, golpeando a identidade, as formas de solidariedade entre os membros, enfim, o modo de vida dessas populações (NASCIMENTO, 2016). E isso é percebido de forma clara na voz de seu Matias quando ele afirma que hoje essa sociabilidade baseada na interação recíproca se desmanchou, cedendo lugar a outros tipos de relações que agora se sustenta na lógica capitalista, fundamentada não no laço de solidariedade, mas na relação contratualista que imprime uma nova configuração nas relações de trabalho desses sujeitos.

Nessas comunidades predominava o sistema de ajuri, que se caracteriza pela organização de pessoas que se unem para prestar um serviço em conjunto para o próximo (WAGLEY, 1988). WITKOSKI (2010) afirma que o ajuri se trata de uma relação de ajuda mútua *“(...) através de sentimentos profundos de pertença a um grupo familiar. (...) Essas relações são tradicionais e caracterizam uma situação em que há pouca circulação de moeda”* (p.173). Seu Matias, assim nos relatou:

O ajuri saia de casa em casa chamando né? Convidando aquela pessoa pra trabalhar com agente né? Reunia aquele pessoal todinho naquele dia pra trabalhar, então isso era ajuri. No entanto que não é como é agora que agente fazia reunião, aí o seu fulano quer um dia de trabalho, seu fulano quer outro, Não. Agente ia de casa em casa convidando né? E era pra naquele dia fazer aquele trabalho né? Tinha o dia para se fazer o trabalho(...) Mas não de dizer, ah vamos fazer uma reunião hoje e pra gente ir, tirar um dia de trabalho para o seu fulano, seu fulano, não. Um dia que ele quisesse trabalhar ele ia de casa em casa, rapaz tem como me ajudar, um dia trabalho, assim, assim né? Ai agente se reunia e ia fazer um dia de trabalho,(...) o nome era ajuri nesse tempo né? (...) Assim, como eu estou dizendo. A pessoa que precisava ia de casa em casa chamando a pessoa pra naquele dia trabalhar com agente, ai o nome era assim. Agora eu num sei o significado de ajuri (risos). O ajuri que eu tenho é que é trabalhar né? Trabalhava junto né? Reunir a pessoa, que dava o nome de ajuri (Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

No passado o sistema de ajuri funcionava nessas comunidades através de um processo em que as pessoas cooperavam uma com as outras. E assim, o comunitário que estivesse precisando de um dia de trabalho saia de casa em casa convidando seus vizinhos comunitários para ajudá-lo, prestando um dia de serviço, e as pessoas convidadas se disponibilizavam para auxiliar a pessoa que estava necessitando. Por sua vez, se tratava de um ciclo de prestação de serviços em uma lógica solidária, que se primava pelo coletivo. Neste contexto, sendo que o individualismo característica central das sociedades capitalistas ainda não havia tomado terreno nas comunidades analisadas.

Os depoentes em suas falas expressam que é perceptível a desestruturação das relações sociais em torno da comunidade que se comprometia em contribuir com o outro, seu João assim recordou: *“Já existia ajuri, muitas vezes foi trabalhado de ajuri em que um ajudava o outro, mas hoje em dia não se ver mais isso, não, não. Hoje você chega, tem como me dá um dia de trabalho amanhã? Quanto que é? Cinquenta reais. É assim”*(Entrevista concedida no dia 23 de julho).

Na esteira dessa discussão é possível perceber que estamos diante de um cenário em que as relações que outrora se constituiu juntamente com a formação passaram por

significativas transformações. Um fenômeno que marcou o modo de vida dessas populações, influenciando nas formas de se organizarem em uma dinâmica de (des)construção e de constituição de novos interesses, novas forças sociais vivenciadas no cotidiano da vida comunitária por esses sujeitos.

Assim, em que pese a importância dessas transformações, percebemos que esta não se processou apenas nas relações de trabalho, mas perpassou essa esfera, deixando sua marca também nas instâncias políticas, econômicas e culturais e dessa maneira *“(...)os trabalhadores estão sendo atingidos nas suas formas de sociabilidade, nas suas identidades, nas formas de representação política, enfim, no seu modo de existência”*(NASCIMENTO, 2016, p.14).

Estamos diante de quadro complexo em que identificamos através das experiências guardadas na memória dos depoentes que a comunidade assim como a várzea possui significados variados. Entretanto não mudou a importância que estas desempenham para o modo de vida dos agricultores de várzea, influenciando no desenvolvimento econômico-social e cultural que forjam características únicas na reprodução da existência desses grupos.

CAPÍTULO 3

O PROTAGONISMO DOS SUJEITOS E O DESVELAR DAS (RE)ELABORAÇÕES E (RES)SIGNIFICAÇÕES NA PRÁTICA AGRÍCOLA

Nesse terceiro capítulo buscamos trazer por meio das vozes dos sujeitos as alterações processadas no seio de suas práticas agrícolas, analisando o impacto que estas ocasionaram para o modo de vida dos agricultores da várzea. Não menos importante, colocaremos a luta dos agricultores de várzea que, enquanto sujeitos da História, se posicionaram nesse processo de (des)estruturação de suas formas tradicionais de manejo de suas espécies, buscando alternativas para continuar assegurando à sua existência frente a expansão capitalista.

Sabemos que o modo de vida dos agricultores familiares de várzea precisa ser compreendido sob o contexto capitalista, pois entendemos que esses grupos enquanto sujeitos históricos devem ser inseridos em uma reflexão que leve em conta o papel e o lugar que essa categoria ocupa na sociedade contemporânea capitalista. Assim, nosso lugar de fala coloca em evidência a sua relevância sócio-histórica, pois, lutam diariamente para (res)significar a sua existência em um contexto dominante perverso que tenta monopolizar a produção, afetando as relações de produção na agricultura, redefinindo a estrutura política, cultural e econômica dessas populações.

3.1.As metamorfoses na produção agrícola que delinea as formas de sobrevivência

Quando se trata da produção camponesa em ambiente de várzea encontramos transformações significativas nesse processo. Entendemos que essa metamorfose processada no seio das práticas agrícolas não pode ser compreendida fora do contexto do desenvolvimento capitalista uma vez que esse sistema impacta sobremaneira as relações socioculturais que compõem o modo de vida do ribeirinho.

Essa reflexão é importante uma vez que nos orienta para rastrear os impactos dos ciclos econômicos pensados para a Amazônia na estrutura sociocultural do viver amazônico em área de várzea. Sabemos que o viver desses agentes sociais é dinâmico dado o campo de forças sociais que influem no modo de vida da população ribeirinha. As transformações em suas práticas se contextualiza na intervenção de diferentes sujeitos sociais, com suas formas próprias de conceber o mundo por meio de suas culturas, interesses, valores e práticas.

Não obstante, a História não consegue sozinha abarcar a complexidade desse processo. Dessa forma, compreender essas transformações e bem como os significados atribuídos dos sujeitos á essa dinâmica, tornou-se fecundo uma parceria com as demais ciências humanas, como a geografia, pois temos de um lado⁷:

o historiador preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (os grupos sociais) através dos tempos e, de outro, o geógrafo dedicado ao estudo da relação do homem com o seu meio físico (LINHARES, 2011,p.155)

Não há dúvida de que esse encontro possibilita uma melhor compreensão, pois conduz uma explicação do viver amazônico em área de várzea em suas múltiplas determinações e complexidades, detectando as ações operadas nesse espaço que envolve os agricultores de várzea. Assim, trata-se de chegar ao cerne dessa sociedade e conhecer suas maneiras particulares de viver, trabalhar, enfim, reproduzir a sua existência em todas as suas dimensões, percebendo as transformações e (des)continuidades que concernem a esses aspectos culturais e socioeconômicos.

Neste cenário, a apreensão dessas transformações nos leva a dialogar com autores que contribuem para entendermos esse contexto. O que queremos salientar é que não podemos nos debruçar sobre o viver do agricultor de várzea deslocado do espaço, uma vez que este está vinculado à ação dos sujeitos que por meio do uso de técnicas transformam o meio para reproduzirem a sua existência. Por sua vez, o espaço é modificado ganhando novos significados o que implica reconhecermos a articulação entre espaço e tempo que são mediados pela técnica que se relacionam para caracterizar a territorialidade (SANTOS, 2006).

Ao considerar o papel importante da técnica, percebe-se que:

(...) é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2006, p.16).

⁷ Esse diálogo nos remete fazermos uma referência ao movimento dos annales. A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929 propôs uma história- problema, possibilitada pela interdisciplinaridade que viabilizaria novas abordagens e novos métodos, alargando a construção do conhecimento (CASTRO, 2011).

O espaço associado a técnicas são, portanto, conceitos que nos dão contribuições substantivas para apreender as transformações. Os agricultores familiares de várzea utilizaram novas técnicas que modificaram a estrutura e os significados do espaço e isso resultou na transformação do modo de vida desse grupo social. Assim, não podemos pensar o espaço congelado das ações dos sujeitos, pois este é produzido pelas práticas dos agentes sociais e por isso mesmo, é também histórico e social.

Optamos em trazer essa abordagem sobre o espaço, não para descrever os aspectos físicos da várzea, pois é sabido que o espaço se configura enquanto construção social e histórica, logo, o contextualizamos no seio das transformações como fruto da intervenção dos atores sociais. A partir desse critério, lançamos um olhar complexo sobre esse espaço e os sujeitos da pesquisa que nele vivem.

No Amazonas em meados dos anos 1980 com a crise da juta, os agricultores começaram a migrar para outras culturas, como alternativa de renda. Isso foi um fator importante para transformar a forma de se cultivar (ADAMS, et.al 2005). Este processo significou as transformações das relações dos camponeses- ribeirinhos no seu modo de vida e isso nos leva a situá-los no interior do processo do desenvolvimento capitalista em suas formas de produção no campo, analisando como se deu essa inserção e diante desse contexto compreender as práticas e saberes que estão conectadas na dinâmica dessas mudanças (CRUZ, 2007).

A experiência de seu João nos revela por meio de suas lembranças que esse período da crise da juta foi significativo para a metamorfose de suas práticas.

(...) Fui juticultor 22 anos, já não pescava, pescava menos e trabalhava mais na juta, daí quando paramos foi quando foi encerrando a compra da juta. Eu disse para minha mulher: e agora do que vamos viver? Ela disse: rapaz não sei, agente dá um jeito. Aí eu fui pescar, matar pirarucu, peixe-boi, jacaré, mas daí cancelaram a pesca do jacaré, esse tal de IBAMA né, só saiu pra fazer merda mesmo, e aí ficou difícil, se matasse um jacaré ia pagar multa, prender nossas coisas, aí paremos, se virando só na agricultura de verdura. Foi com a crise da juta que nós começamos com a verdura, esses produtos mais leves, melancia, jurumum, cebola (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Este processo significou profundas transformações nas relações dos agricultores de várzea no seu modo de vida e isso nos permite situá-los enquanto sujeitos históricos no interior desse processo de desenvolvimento capitalista, visualizando os desdobramentos da crise e as estratégias de sobrevivência construídas frente a esse processo. Percebemos na fala de seu João que a crise da juta significou para sua família uma oportunidade de

diversificar suas atividades econômicas, sendo que este optou primeiramente em dedicar-se-á a pesca.

Cruz (2007) afirma: “Assim, com a crise dessas duas culturas [malva e juta], os camponeses-ribeirinhos tiveram que buscar alternativas para continuar produzindo suas vidas nas várzeas. (...). Uma dessas alternativas, para qual a maioria deles se direcionou, foi a atividade pesqueira” (p.90). Seu João é um exemplo dessa mudança de atividade impulsionada pela crise da atividade jiticulora, o que é significativo no seu relato é que este não permaneceu por muito tempo na atividade pesqueira uma vez foi proibido a captura do jacaré e do peixe-boi e suspensa esse tipo de pesca o depoente teve que migrar para outra atividade, se dedicando exclusivamente ao cultivo de hortaliças o que significou uma mudança em sua atividade econômica, pois agora a preferência está voltada para a agricultura com ênfase a uma diversificação de espécies. Sobre esse processo dona Alice fez a seguinte menção:

E esse negócio de lutar com juta, rum, não sobrava um só triste centavo, quando vendia aquele horror, mil, dois mil quilos de juta, era só pra pagar o banco, nunca ele deveu um só centavo, mas não esperasse dele pra comprar um vestido, um sapato, não dava. Depois eu disse: Agora bote sua mãe (risos), não vou mais. Quando eu disse isso ele encerrou da juta. Diziam que nenhuma de nós ia ter filho porque agente vivia como capivara no inverno dentro d'água. (...) Depois dessa crise da juta, começamos a plantar hortaliça. Agente já num plantava só pra comer, agora pra vender, desde o feijão que me alembro (sic), desbulhava de noite de 40 litro de feijão. (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Temos nesse depoimento um cenário que revela o quão trabalhoso era a atividade jiticulora, pois fazia com que os agricultores se submetessem a exaustivas horas de trabalho sob as águas, e não menos importante que é expressado na fala da entrevistada é o pouco lucro que a juta oferecia para esses sujeitos. Mesmo com a crise o esposo de dona Alice ainda se prendia ao cultivo da juta, mas ela tomou um posicionamento e disse que não mais o acompanharia, isso segundo a depoente foi um fator decisivo para que a família abandonasse o cultivo de juta e se dedicassem ao manejo de hortaliças para o comércio.

É interessante notar que a crise representou para esses sujeitos uma oportunidade de diversificar a produção e, com isso de se dedicar ao cultivo de hortaliças para comercializar no espaço da feira municipal de Tefé. Essa decisão representou um marco importante na história da produção de frutíferas e hortaliças que hoje marcam a

produção de várzea, representando uma diversificação de produtos, frutos desse aperfeiçoamento.

Seu Matias fez a seguinte afirmação:

Era juta (...) que mais agente trabalhava com eles. Agora, veja bem, você ia ganhar aquele dinheirinho por fabrico e quando terminava aquele fabrico você pegava aquele dinheirinho e aí você tinha que aguentar ele até chegar o outro né? Porque o mais rápido era o tabaco, era, aí vinha a juta né? A juta chegava antes da roça, porque agente plantava mais nos baixos né? E aí quando terminava da juta aí ia pra roça, assim que era. Então, assim, agente ganhava aquele dinheirinho, num era assim como é agora não, era muito difícil, difícil mesmo. A juta dava mais trabalho, porque agente só trabalhava n'agua, se você dormi no ponto pra enchente você vai trabalhar todo tempo dentro d'agua, porque você vai começar a cortar ela n'agua, você vai lavar ela n'agua, todo tempo; agora a roça não, a roça ninguém pode deixar pra trabalhar ela n'agua porque ela apodrece né, ela apodrece logo, tem que ser em terra mesmo. A juta agente trabalha todo tempo molhado, difícil, Deuso (sic) livre porque não tinha outro trabalho pra gente fazer, agente fazia porque não tinha outro trabalho mais fácil pra fazer. O fabrico durava uns seis meses, tudo era demorado, com menos de seis meses num era não, então se você pegasse um dinheirinho você tinha de ir aguentando né? Porque se não, se você num soubesse trabalhar naquela época que nós trabalhava, ia passar mal(risos). Se você pegasse aquele dinheirinho e gastasse logo tudinho quando fosse pra frente num ia ter mais não, porque como eu tou dizendo, era por fabrico né? Então quando terminasse aquele fábriço, ce (sic) pegasse aquele dinheirinho você tinha que ir aguentando (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

Do mesmo modo verificamos na fala informações relevantes sobre as dificuldades de sobrevivência com o cultivo da juta. O depoente afirma que o ganho era por fabrico, isto é, não havia uma diversificação produtiva na dinâmica econômica dos produtos fazendo com ficassem dependentes do cultivo da mandioca, do tabaco e da juta que são espécies que produzem de acordo com o entrevistado de seis em seis meses. E dessa forma, temos nesse contexto um período longo de entressafras o que colocava o produtor em uma certa dificuldade financeira uma vez que seu ganho dependia dessas safras.

Observamos as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em reproduzir a sua existência, pois, a economia de subsistência baseada na atividade jutiltora tinha um período de entressafras prolongado e o agricultor nesse intervalo precisava poupar o

máximo que pudesse para não correr o risco de ficar sem recursos para se manter. Seu Matias acrescenta:

Nos outros tempos agente plantava e só ganhava aquele dinheirinho no final do fabrico né? E hoje não, se hoje se agente plantar toda semana agente tá ganhando, não é como antigamente não, antigamente era mais difícil, o trabalho se tornou mais leve. Nesses outros tempos atrás o trabalho era demais pesado. Hoje facilitou demais, muito mesmo do que era antigamente esses de hoje não sabe mais o que é (risos) não o que é trabalho pesado não. Agora já é mais com hortaliça né? E essas coisas que agente trabalha e agente achou que fosse melhor porque é mais leve o trabalho né?E rende mais. Melhorou muito, Deuso (sic) livre, melhorou muito (...) Fruta, verdura, é uma coisa que chega rápido, não é como antigamente, antigamente era difícil porque custava e essas, esses plantios que agente faz agora é rápido e você planta uma cebola, um mês e pouco você tá colhendo né? E qual é (sic) essa planta que nós plantava antigamente pra fazer isso? Não fazia não, era besteira, era assim, era como eu tou dizendo, era difícil, hoje não, hoje melhorou muito. É quando nós começamos trabalhar, quem começou a trabalhar primeiro por aqui foi nós né? Com cebola, couve, essas coisas assim, foi nós, trabalhando todo tempo com a verdura (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

O depoente reconhece que o abandono da juta foi um fator importante para inaugurar um novo tipo de produção que foi o cultivo de hortaliças. Em face das dificuldades que representava o plantio da juta, o cultivo das hortaliças se apresentou como uma alternativa proveitosa para os agricultores de várzea, uma vez, que são espécies de ciclo curto o que viabilizou que estes adquirissem o ganho não mais de seis em seis meses, mas toda a semana.

É perceptível na voz de seu Matias que o cultivo de hortaliças apresenta vantagens significativas se comparada com o cultivo da juta. Ele relata que o plantio das hortaliças não é tão pesado quanto o plantio da juta, chegando a afirmar que o trabalho é mais leve e mais rentável na produção de frutas e verduras. Dessa maneira, o manejo com frutíferas e hortaliças representou para seu Matias uma melhora substancial no sentido de tornar o trabalho menos sofrido e uma oportunidade melhor de ganho, dado que estes poderiam diversificar a sua produção que em pouco espaço de tempo está pronta para a colheita.

Dessa forma, temos nesse contexto um processo de transição delineando as formas de sobrevivência dos sujeitos que vivenciaram as transformações em suas práticas. Foi possível identificar que a crise da juta se apresentou como uma oportunidade para os produtores rurais migrarem para outros tipos de culturas que no caso foi as hortaliças e frutíferas que passaram a ser atividades centrais na vida do agricultor familiar de várzea.

3.2 O impacto do pacote tecnológico: a prática agrícola entre rupturas e continuidades

A “modernização” da agricultura preconizada pela Revolução Verde esteve vinculada a ideia de “progresso”, um comportamento racionalista que trouxeram impactos significativos aos agricultores familiares. Nessa trajetória temos importantes estratégias orientadas pela concepção de progresso adotadas pelo o Estado que passou a agir de forma sistemática baseado no pacto da tecnologia, capital e informação em detrimento das formas tradicionais de se fazer agricultura pelos pequenos produtores rurais que passaram a serem visto como ultrapassados (CASTRO, 2016).

Estamos diante de um cenário em que a agricultura passou a ser inserida nas políticas públicas de modernização. As décadas de 1960-1970 representaram um marco na intervenção do Estado na agricultura de forma mais sistemática. Tal período marca o surgimento de diversas instituições como a EMBRAPA (1964), EMBRATER (1974) voltadas para a modernização agrícola. *“Visando transformar o meio rural e modernizar a agricultura, inserido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, o Estado assume de forma explícita o processo de capitalização do campo conjuntamente com o capital financeiro e industrial”* (GRISA, 2012. p. 18). Tratava-se de um projeto que buscava ajustar a agricultura à industrialização para que esta pudesse exercer sua função econômica no desenvolvimento econômico do país.

Em face desse processo temos a expansão do agronegócio que é:

(...) um complexo de sistemas caracterizado pela diminuição do controle da produção pelo agricultor. As atividades do agricultor resumem-se ao momento da produção e ele depende de empresas e intermediários para dar-lhe suporte (fornecimento de insumos, máquinas, técnicas de produção) e para a venda e transformação da produção, alongando o circuito e diminuindo os lucros e a independência do agricultor. (...) O agronegócio é controlado pelo o capital e tem dominado tecnologias e políticas agrícolas (BERNAL, et.al.2015. p.69).

Em que pese o impacto dessa comoditização dos produtos agropecuários, é preciso refletir o lugar do agricultor familiar nesse contexto. Sabemos que estamos diante de um dos efeitos da Revolução Verde que cria sistemas produtivos cada vez

menos sustentável. As formas tradicionais de se cultivar passam a serem vistas como antiquadas e por isso os pequenos produtores pouco são representados pelo o Estado, vivendo uma luta diária para reproduzirem a sua existência frente a expansão perversa de uma ordem dominante que adultera as relações sociais, econômicas e culturais no campo.

A inauguração de um novo tipo de atividade agrícola voltada para o cultivo de hortaliças e frutíferas como a base econômica dos agricultores familiares de várzea nas comunidades em estudo, trouxe em seu bojo um processo marcado por continuidades e (des)continuidades que se projetaram no modo de vida dos produtores familiares rurais.

Nesse contexto, contemplamos um pacote de instrumentos representados pela modernização que influenciaram as formas de executar as atividades agrícolas por esses sujeitos. Por meio de seus relatos foi possível rastrear os significados atribuídos a introdução desses pacotes tecnológicos, bem como os seus desdobramentos percebidos nas práticas executadas na agricultura.

No quadro das transformações processadas no modo de fazer a agricultura percebemos nas memórias dos depoentes que ocorreram alterações significativas. Quando perguntados como era feito o controle de pragas nas plantações, obtivemos repostas emblemáticas que nos desvelaram um processo marcado de (res)significações de seus conhecimentos/saberes na relação com o meio natural como fruto da introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Seu Matias recorda:

Antigamente agente não tinha esses negócios de espantar praga não, que agente plantava, tudo que agente plantava dava bem e não tinha essa pragas que tem hoje. Hoje tem veneno pra agente espantar praga, porque hoje já dá demais né?, E antes não, não tinha, ninguém não usava esses venenos que agente usa agora né?. De uns tempo pra cá aumentou demais, Deuso (sic) livre, aumentou uma coisa desconforme, de primeiro agente plantava melancia, plantava pepino, plantava jerimum, plantava de tudo, essas coisas de rama e fosse o que fosse,do jeito que agente plantava, agente colhia tudo bom, hoje não, hoje agente planta se num envenenar você não vai ter de jeito nenhum e querem acabar com o veneno? Rum, só se inventarem outro tipo de coisa pra combater com a praga, mas se não for isso, não vai ter não, de jeito nenhum, pode prestar atenção que você planta um pepino, o pepino começa a enrumar o bicho começa a atacar né, por isso que eu digo (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

É notável na memória de Seu Matias que quando este começou o cultivo de frutíferas e hortaliças não havia a incidência de pragas na plantação e tudo que era plantado poderia ser colhido de forma satisfatória. Hoje ele lembra que já não é mais possível produzir sem o uso de pesticidas uma vez que o número de pragas aumentou de uma forma vertiginosa.

Seu João fez a seguinte afirmação:

Bem, (risos) para espantar macaco eu usava uma lata com um badalo dentro pra espantar macaco e maracanã, mas hoje em dia não existe mais esse tipo de praga. Outros tipos de pragas não tinha não, ainda cansei de ver minha esposa plantar tomate paulista no terreiro de casa, dava, dava, dava que ninguém dava vença. E pra espantar do besouro da hortaliça é uma qualidade de veneno, borrifando (sic) o veneno na hortaliça né? Mas, isso de um tempo pra cá minha filha, nem pense, não existia isso não, tudo que você plantasse dava bem, dava bem mesmo rapaz, a terra era abençoada por natureza, mas hoje em dia não é assim, você escolhe a melhor terra e as vez ainda não presta (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Do mesmo modo percebemos que não havia pragas que ameaçasse o êxito da produção, sendo que é interessante notar que para o depoente a única praga que para ele existia era os macacos, mas com o uso de um badalo com uma lata era possível espantá-los, não sendo necessário o uso de armas, nem de outros métodos que não fossem os de uso tradicional. Temos na recordação do entrevistado informações que mostram uma época em que era possível realizar o cultivo de hortaliças sem o uso de agroquímicos, mas que dado o aumento de pragas os agricultores hoje se veem dependentes a uma tecnologia que lhes é alheia.

Dona Alice lembra: *“Ah nesse tempo não tinha, nem o camaleão comia, mas hoje em dia o camaleão comi tudo minha filha, oh desgraçado (sic). É tanta praga, só no veneno. Não existia isso não”* (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018). Percebemos nas lembranças de dona Alice que da mesma forma que outros depoentes falaram, era melhor de cultivar, pois, as pragas não comprometiam a produção, mas que hoje só se produz com o uso de agrotóxicos.

Buscando entender esse processo, foi perguntando também sobre as sementes utilizadas pelos agricultores familiares em área de várzea. Dona Alice respondeu:

Ah, naquele tempo que num existia esse negócio de venda, de comprar sementes, não tinha adubo, nós trabalhamos sem adubo né? Plantava cebola num tinha adubo, no chão, na terra num dava, só se fosse no canteiro, eu plantava cebola, nunca era em leira, era no

canteiro, no canteiro dava bonito, agente num plantava na terra se não fosse no paú. Não comprava semente como compra hoje, tirava de um ano pra outro. Tirava semente de melancia, mas quem diria né? Olha cheiro verde, era uma qualidade que agente chamava comum, cheiro-verde comum, uma parte agente tirava e colocava na cebola e a outra agente tirava e já ia pra tirar semente, hoje em dia aquele não vem mais, acabou. O pepino era comum, era pepino comum, num era desses que vem agora hibride, tudo era comum, hoje em dia mudou tudo minha filha, hortaliça mudou tudo. Os agricultor hoje tão dependente, se não tiver não vão produzir, tem veneno hoje até pra matar o mato, perigoso né? o câncer tá avançado, eu tenho muito medo, mas eu luto, compro pra mim e pro meus filhos, vou todo ano comprar em Manaus. Hoje não tiro semente pra guardar mais não, eu não tiro semente de pepino, de melancia, só ainda que eu tenho e que gosto de tirar e guardar é a semente do jurumum, caboco... todo tipo de jurumum, Mas eu comprei uma lata de semente de albobrinha (sic) porque agente planta jurumum do nosso comum e é cada um, vai botar numa comida não tem mais noutro dia salgado e estraga, e a albobrinha cada dia é um e é bom. Também o do jurumum é o que ainda se tira. O Zequinha me contou que ele no ano passado tirou a semente da melancia que eu dei pra ele, a pérola japonesa, ele queria, a original. E aí ele disse que ele com a Rosamir tiraram uma garrafa, só das ecolhidas, foi plantar e num nasceu, aí disseram pra ele que ela já vem pra num dá mais. Eu na caso do agricultor em Manaus comprei R\$ 1.200 em semente (Dona Alice. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

As sementes não eram compradas e dessa forma os agricultores podiam armazenar as sementes, reproduzindo e produzindo a partir delas uma variedade melhorada sem pagar um valor monetário por isso. Bernal et. al. (2015) aponta que o uso das sementes crioulas deve ser valorizado, pois, esta possibilita uma agricultura sustentável com a possibilidade de diversificação de culturas em que o agricultor pode circular essas sementes por meio de trocas com outros produtores familiares como foi possível identificar na fala de seu João: “(...)agente fazia troca, dava pra quem não tinha, daí foi aparecendo o maracujá, apareceu o repolho, do repolho foi para olface (sic), além do cheiro-verde falado” (Senhor João. Entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018).

Dona Alice revela que os agricultores foram alcançados por um pacote tecnológico que alterou de forma substancial a maneira de praticar a agricultura. A depoente recorda que teve um tempo que eles cuidavam das próprias sementes fazendo a manutenção das crioulas o que viabilizava uma boa produção, contudo, essa época foi substituída por uma nova era em que os híbridos se sobrepuserem nas formas tradicionais de manejar as hortaliças, sendo que o jerimum foi o único produto que ainda resistiu a esse processo, uma vez que a agricultora ainda armazena suas sementes

para o cultivo, o que mostra que em meio dessas rupturas existe também as continuidades, mesmo que ainda seja de forma tímida.

No lugar das sementes crioulas temos agora as sementes híbridas que são monopolizadas por um pequeno grupo representados pela agroindústria. Dona Alice reconhece que hoje é nítido a dependência do agricultor a essas sementes quando afirma que eles precisam comprar se assim quiserem produzir, sendo que ela se desloca todos os anos a Manaus para obter essas sementes. No seu depoimento é expressivo o impacto do uso dessas sementes “modernas” chamadas também de geneticamente “melhoradas”, quando menciona que ela forneceu as “melhores” sementes para os seus vizinhos, mas que estas não germinaram.

É possível verificar que o uso dos híbridos causou essa dependência, o que nos leva a entender também o aumento das pragas e o uso de insumos químicos, pois:

A adoção dos híbridos em massa, pelos agricultores, provocou a uniformização genética das plantas no campo e a perda de inúmeras variedades locais adaptadas pelos agricultores familiares ao longo de milhares de anos. Ao perder suas variedades locais, muitos camponeses tornaram-se dependentes das sementes industrializadas. Como essas sementes são altamente dependentes de adubo e veneno, muitos agricultores, ao perderem as próprias sementes, tornaram-se também dependentes desses insumos. Daí vem a crença de que “não dá para produzir sem adubo e veneno”. Vale lembrar que durante 10.000 anos, os agricultores, em todo mundo plantaram sem esses insumos químicos que só surgiram há cerca de 60 anos (BERNAL, et.al.2015. p.55)

Sobre o uso das sementes seu Matias lembra:

Agente plantava aí agente tirava a semente pra continuar plantar no verão. Ninguém comprava semente não, agente já veio comprar semente de uns certo tempo pra cá. Antigamente agente plantava melancia, plantava um feijão e tudo que agente plantava tinha que tirar pra guardar pra plantar novamente no verão né? e hoje não, hoje agente num guarda mais essas coisas porque tem pra comprar, tem pra comprar todo tempo, aí, mas que hoje agente poderia fazer do mesmo jeito, podia fazer, mas o que acontece (risos) é que acham que é melhor, já que vem pronto, tudo no jeitinho, mas que antigamente era assim e dava do mesmo jeito, do mesmo jeitinho. Agente tirava a semente, tirava tudinho, plantava e dava do mesmo jeito que dá agora. Agora não, agora ninguém guarda mais não, agora melhorou por isso que a semente que tem é uma semente boa também né? ela é boa, agora que ce tem que comprar, antigamente não, antigamente ninguém comprava semente não. Agora só o que modificou é que agente compra, mas que a semente que agente compra é boa também, é só o que modificou foi isso (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de agosto de 2018).

Identificamos na fala de seu Matias que os agricultores de várzea praticavam também o armazenamento de sementes crioulas e tinha uma diversidade de espécie sem pagar nenhuma taxa. Para o entrevistado o acesso a sementes híbridas que o mercado passou a oferecer foi um fator que fez com que abandonassem esse processo de seleção de sementes crioulas, quando afirma que não guardam mais porque tem para comprar. Não obstante, ele acrescenta que as híbridas não se tratam sementes melhores que as crioulas, pois estas também ofereciam uma boa produtividade. Nesse contexto uma alteração expressada pelo seu Matias diz respeito a compra de sementes em que o agricultor é obrigado a obter todos os anos sementes que outrora não eram compradas.

Seu Matias nos revela ainda:

Bem, agora aí, num vou dizer que pode ser como era né? porque essas sementes que vem de baixo agente num sabe como é que ela é né? e a nossa daqui não, nossa daqui agente já sabia como era, agente tirava, secava bem, guardava, plantava, e essa de lá, ninguém sabe se vai tirar semente pra guardar se vai nascer como antigamente, né? Porque essas de lá ninguém sabe como é o tratamento dela, porque tem coisa que eles fazem pra num dá aqui pra nós, de jeito nenhum, que é pra gente tá comprando todo tempo. Isso que é, de ser boa a semente é, mas como eu tou dizendo, não é boa pra guardar, porque ninguém sabe como é processo dela lá, porque tem vezes é que eles fazem que num é pra dá, pra gente tirar semente aqui pra prantar de novo, que é pra gente tá todo tempo comprando deles. E já num inventaram até aquela que não tem semente ne? E como foi que eles tiraram essa semente? (risos). Pois, é isso é assim (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

O agricultor entrevistado menciona como era o processo de seleção e armazenamento das sementes, afirmando que hoje não existe mais tal prática. Hoje dependem de sementes que não sabem como são produzidas, e é importante notar na fala de seu Matias que as sementes compradas já vem geneticamente adulteradas para que o agricultor não reproduza as suas sementes, e assim, continuem comprando sempre. Se trata de um processo “*em que as empresas de biotecnologia desenvolveram um tipo de tecnologia aplicada às sementes que tem como objetivo aumentar ainda mais o controle sobre os agricultores. (...) As sementes geram plantas que produzem grãos estéreis e não germinam. (...) Isso acontece porque as empresas colocam na semente um gen chamado de “terminator”, palavra que, em português, significa “exterminador”* (BERNAL, et.al. 2015. p. 59-60).

Dessa maneira, se os agricultores intentassem utilizar a sua produção para em um novo ciclo reproduzirem, não obteriam êxito, uma vez que as sementes não germinariam. Com esse tipo de tecnologia os produtores familiares se deparam com uma situação em que são obrigados a comprar as sementes em todos os períodos de plantios. Essa realidade observada aponta que o uso de sementes híbridas impactou sobremaneira a prática na agricultura familiar nessas comunidades. Temos um quadro de dependência a uma tecnologia que os agricultores não produzem, ademais, é sabido que esses tipos de sementes são poucos resistentes a doenças e insetos o que exige o uso intensivo de agrotóxicos, o que explica a queixa dos agricultores que mencionaram o aumento das pragas em suas plantações associado ao uso de venenos. Por sua vez, os desdobramentos do uso de sementes “melhoradas” incidem na necessidade de comprar as sementes e nessa aquisição todo um pacote tecnológico vinculado ao uso de fertilizantes e pesticidas.

Quando o Estado interviu com políticas públicas para a agricultura familiar nas comunidades no município de Tefé foi baseado na concepção de “modernização” e progresso. A esse respeito seu Matias nos informou:

Vinha semente pro IDAM, ele distribuía com os agricultor e hoje não vem. Será que ficou mais ruim, né? Antigamente eles ainda distribuía, taí, distribuía até veneno (risos), naqueles vidros assim, olha a grussura (sic), distribuía com agente veneno, essas sementes, semente de milho, cheiro-verde, de toda a qualidade, melancia, tudo eles davam pra gente, só entregava, num ensinava a trabalhar com veneno não, até hoje rapaz, num vem um pessoal do IDAM aqui com agente ensinar como é que trabalha, aparece o Lacerda, mas vem de casa em casa preoguntando (sic) outras coisas, mas num ensina como é que fazer o plantio, nada não, de jeito nenhum, ele num oriente nada não, de assim: rapaz você vai plantar assim, assim, não, de ir lá aonde agente ta trabalhando dizer como que é como como que não é, vem não, é besteira. É só o nome de pessoa que é técnico, sim, que o menino não é técnico pra essas coisas não né? é da outra área, fica difícil, mas tem aquele outro burrelão (sic) que aquele outro burrelão é pra isso também né? Que é o Sidne, ele é dessa área também né, mas ele num quer nem papo de vim por aqui, tem até medo de pisar na várzea com medo de formiga. É difícil assim, agente trabalha, faz o plantio da gente colhe bem porque Deus ajuda, né? Mas dizer que eles ajuda agente, hã (sic), ajuda... mais não bem que eles ajuda (Senhor Matias. Entrevista concedida no dia 02 de julho de 2018).

O que é emblemático na voz de seu Matias é o Estado introduzindo o pacote tecnológico aos pequenos produtores. O IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) de acordo com o entrevistado passou a fornecer aos agricultores as sementes híbridas e os agrotóxicos,

mas isso antigamente. É possível perceber que foi por meio dessa instituição que os agricultores familiares de várzea passaram a ter acesso de forma sistemática as sementes “melhoradas, ” associada ao uso de agroquímicos, mas que não havia uma assistência técnica que mostrasse aos agricultores como trabalhar com esses produtos, ou seja, eles apenas forneciam, mas não instruíam.

Os agricultores enquanto sujeitos históricos, nesse processo souberam aliar seus conhecimentos com novas técnicas inauguradas com a introdução de novos produtos. Estamos diante de um quadro de reavaliação⁸ de suas práticas e saberes que mostram o protagonismo dos agricultores, uma vez que mesmo sem assistência técnica na medida de suas possibilidades ofereceram respostas a essa ordem dominante, encontrando estratégias para continuarem a reproduzem a sua existência assim, como o vai e vem das águas de várzea

Assim, o desenvolvimento da agricultura nessas áreas de várzea se apresentou em um quadro complexo em que se mesclou continuidades e rupturas. A forma de aprender ainda continuou genuinamente nas relações de parentescos, algumas práticas ainda resistiram como o armazenamento das sementes crioulas de jerimum e até mesmo o compartilhamento de sementes, mesmo estas sendo fruto do “melhoramento” genético. Por outro lado, as (des)continuidades foram sentidas de forma significativa por esses sujeitos, pois é perceptível em suas falas a dependência a um pacote tecnológico que alteraram as formas sustentáveis de se fazer a agricultura e, assim, os resultados da Revolução Verde foram sentidos pelos agricultores do ponto de vista econômico, ambiental – biodiversidade, agrobiodiversidade cada vez mais ameaçada – e sociocultural dada a invasão de híbridos que alterou os conhecimentos tradicionais (res)significando as práticas na agricultura familiar.

⁸ Alencar (2013) fez um estudo sobre o uso de adubos químicos e agrotóxicos pelos agricultores em área de várzea no Município de Tefé e constatou que a maioria (93% n= 70) dos produtores utilizam esses produtos químicos nas suas áreas de plantios, tanto para espantar as pragas quanto para acelerar o desenvolvimento de suas espécies cultivas. Nesse contexto o que se ressalta é que esses sujeitos utilizam conforme a experiência que possuem no ramo da agricultura, pois não recebem orientação de pessoas especializadas na área para o uso desses produtos, assim, enquanto protagonistas (res) significaram seus saberes para continuar assegurando a sua existência.

3.3. As vozes que destoam da ordem dominante: histórias de lutas e resistências

Frente a expansão capitalista no interior das práticas agrícolas nas comunidades de várzea de Tefé emerge também organizações e sutis formas de resistências que nos permite situar os agricultores enquanto sujeitos da História que na medida de suas possibilidades buscam (re) avaliar sua posição social, cultural e econômica para garantir sua sobrevivência em face dessa ordem dominante que tudo altera.

Vimos que os agricultores foram inseridos no projeto modernizador do Estado que estava imbuído do ideal de progresso. Nos deparamos com um cenário em que foi introduzido um pacote tecnológico para os pequenos produtores de várzea e estes sem assistência conseguiram (res) significar as formas de manejo, um processo marcado por continuidades e rupturas, semelhante ao vai e vem das águas de várzea que leva e traz novos elementos que são incorporados na prática agrícola.

Ora, estamos sublinhando que os agricultores não foram sujeitos passivos nesse processo e dessa forma, consideramos que o fazer histórico não é linear e muito menos unilateral, por sua vez, não se tratou de um acontecimento empreendido de forma que seus sujeitos não apresentassem nenhum significado. Na esteira desse processo encontramos lutas, resistências, apontando a participação desses agentes na busca de assegurar seus direitos, que nos leva a posicionar a categoria dos agricultores de várzea enquanto protagonistas da História.

Garimpendo informações encontramos uma ata de fundação da Associação dos Produtores de Várzea de Tefé (APROVAZ) que nos revelou a organização dos agricultores na busca por uma mudança transformadora da situação de falta de representatividade diante do Estado. Percebemos nas falas dos depoentes que havia uma carência significativa de políticas públicas aos produtores familiares em área de várzea quando estes mencionam que não recebiam nenhuma assistência e quando aparecia algum técnico não era interessado em saber sobre a produção agrícola, mas de outros assuntos como mencionou seu Matias.

Dado essa conjuntura em que esses agentes sociais se sentiram esvaziados de representatividade foi fundada a APROVAZ que foi uma entidade civil criada sem fins lucrativos: O seu histórico diz o seguinte:

Foi organizado e fundada aos (11), onze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), na comunidade Santa Cruz, na Ilha do Tarará, Município de Tefé Amazonas, com a participação de todos os 50 (cinquenta) associados. A votação se deu de modo muito democrático e civilizado, elegendo assim o presidente

e sua diretoria com a maioria absoluta dos votos. Duas chapas disputaram a diretoria e teve o resultado assim: A chapa 1 com Mesaque Silva de Alencar e Francisco Lopes Gomes, teve 42 (quarenta e dois) votos, a chapa 2 com Raimundo Laborda e Moacir Paiva Pantoja, com oito (oito) votos. A contagem do voto foi feito na presença de todos, pelas mãos dos senhores Francivaldo do Carmo Batista e Irailton Lima Gomes. Depois de apurado todos os votos não foi constatado nenhum voto nulo ou branco. Foi proclamada toda a equipe que vai dirigir a nova associação e ficou assim: “ presidente – Mesaque Silva de Alencar, vice presidente – Francisco Lopes, 1º secretário – Jeremias Alencar da Silva, tesoureiro – Francisco Paiva da Silva, conselho fiscal – Eduardo Paiva da Silva, José Macedo Sobrinho e José Ribeiro da Silva. Assim foi organizada e fundada a Associação dos Produtores de Várzea que recebeu o nome de APROVAZ. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pela diretoria.

A criação da APROVAZ como indica o documento foi criada em 1993 seguindo todo um protocolo que mostra a lisura do processo na escolha dos representantes dos agricultores. O interessante notar é a participação de um número expressivo de 50 agricultores na escolha da chapa que os representariam, não ocorrendo nenhum voto nulo ou branco o que reflete o anseio por mudanças compartilhados pelos membros que se encontravam no dia da fundação da associação, demonstrando suas decisões políticas como instrumento de lutas.

No dia da criação da APROVAZ foi apresentado o estatuto que nos revela informações importantes do protagonismo da classe trabalhadora dos agricultores familiares de várzea. Em seu artigo 2º o estatuto diz:

A APROVAZ terá sua sede na Ilha do Tarará no Município de Tefé (uma comunidade de várzea) e é formada por seus sócios, e tem por objetivos: a) representar os agricultores de várzea desse município junto as autoridades municipais, estaduais e federais para trazer desenvolvimento, a perfeição e a modernização para os produtores rurais de várzea; b) melhorar a qualidade de vida dos produtores de várzea no que diz respeito a saúde, habitação e principalmente escolas capacitadas para que nossos filhos não sejam subestimados diante aos filhos dos moradores dos grandes centros; c) Incentivar o desenvolvimento sócio econômico por meio do trabalho em conjunto com seus sócios e comunidades; d) assessorar as comunidades da nossa região, e) desenvolver e incentivar os agricultores de várzea do nosso município, atividades agropecuárias, culturais, beneficantes (sic), esportivas, recreativas sem distinção de cor, raça, partidarismo político e sectarismo religioso.

Estamos em um período em que o Brasil estava se redemocratizando e nesse processo ecoam vozes destoantes à uma ordem que oprime, mostrando que os agricultores foram agentes ativos que se politizaram se organizando, lutando não só por

questões agrárias, mas por saúde, habitação, educação, entre outros temas que afetam a sua qualidade de vida. É possível perceber nos objetivos da associação que esses agentes sociais buscavam ser representados pelo Estado, não só no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola, mas também com outras temáticas que simbolizassem melhoria para esses sujeitos e dessa forma a garantia da reprodução cultural, social e econômica.

O estatuto da Associação dos Produtores de Várzea no seu capítulo IV menciona ainda:

Art. 10º - A APROVAZ tem como finalidade zelar, colaborar com a administração e fiscalização da feira do produtor rural de Tefé, Estado do Amazonas na pessoa do seu presidente e vice-presidente, o conselho fiscal. Art. 11º- A APROVAZ tem o direito a opinar sobre qualquer assunto que dizem respeito aos agricultores de várzea deste município ou dos outros municípios se o agricultor for sócio da APROVAZ. Art.12º- A APROVAZ tem direito de fazer valer os direitos dos nossos agricultores como: a) aposentadoria na idade indicada na Constituição; b) aposentadoria por invalidez, e outros. Art.13º - A APROVAZ tem direito de ser assessorada pelos órgãos Emater-Am, prefeitura, câmara dos vereadores e outros. PARÁGRAFO ÚNICO – A APROVAZ tem o dever de colaborar com todos esses órgãos mencionados neste estatuto para o melhor desenvolvimento de nosso município.

Isso demonstra que historicamente essa categoria social têm lutado por sua forma de vida, resistindo a uma ordem dominante que não os representam. São sutis formas de resistências que mostram que esses sujeitos também deram respostas (res) significando a sua existência por meio dessas reivindicações que se institucionalizaram por meio da Associação dos Produtores de Várzea. Assim, a finalidade da associação como bem mostra o documento tratava-se representar os interesses dos agricultores frente ao poder público o que mostra que a valorização e reconhecimento dessa classe não partiu de uma demanda do Estado, mas das lutas desses sujeitos.

Percebemos que nos artigos apresentados no estatuto há uma preocupação de se zelar pelos direitos assegurados pela constituição como a aposentadoria dos agricultores, indicando que esses atores tinham consciência política que por consequência se organizaram na defesa desses direitos. Assim, a essa articulação na criação da associação mostra a consciência de classe dos agricultores que a utilizou como instrumento para combater e mudar a realidade desigual, com pouca ou sem nenhuma representatividade no qual estavam inseridos.

Assim, em face da expansão capitalista no interior das práticas agrícolas desafinam vozes descontentes. As resistências se materializaram na organização para assim buscarem pelos meios legais a conquista e garantia dos seus direitos. É sabido os agricultores familiares lutam diariamente em meio a uma ordem perversa para assegurarem a sua sobrevivência e essa luta é permeada por (res)significações que dá o status de metamorfose a esse grupo que na medida de suas possibilidades abandonam incorporam práticas, cabendo a estes enquanto sujeitos integrar elementos de acordo com que der sentido à sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos por meio da História Oral as experiências dos sujeitos que vivenciaram as transformações nas formas de se fazer a agricultura. Percebemos na trajetória de vida dos depoentes que ocorreram significativas (re)elaborações de suas formas de sobrevivências. E por se tratar de sujeitos que (res)significam suas existências não trabalhamos como se fossem perdas dos conhecimentos tradicionais, mas sim como uma (re)avaliação, pois estes souberam dá significados a essa nova ordem estabelecida, que assim como o vai e vem das águas de várzea deixaram e incorporaram elemento em uma dinâmica que desse sentido a sua existência.

Sabemos que esse grupo se encaixa na categoria dos agricultores familiares, logo, é uma porta de entrada para se pensar estratégias sustentáveis, uma vez que são responsáveis por produzir uma diversidade de espécies que alimentam uma grande parcela da população, mas que se encontra ameaçada por uma ordem que separa o sujeito do objeto, o homem da natureza, fruto do paradigma da ciência moderna. Ora, não há motivos para simplificarmos a complexidade dessas sociedades, é preciso reconhecermos que são agentes importantes que contribuem para o desenvolvimento econômico e social da região, além de favorecer possíveis maneiras de se pensar o desenvolvimento da soberania alimentar da população local.

Estudar os agricultores de várzea foi importante pois, os colocamos enquanto sujeitos da História que (res)significam suas práticas, saberes e aprendizagens para continuarem reproduzindo a sua existência. É sabido que essa categoria por terem poucos registros escritos foram por muito tempo marginalizados dos estudos acadêmicos, mas como nosso lugar de fala está comprometido em tirar do silenciamento histórico esses sujeitos, trouxemos suas falas, suas lutas e organização para dá visibilidade ao seu protagonismo.

No que diz respeito a trajetória dos depoentes, verificamos que todos acompanharam a formação das comunidades, bem como as transformações dos laços de solidariedades formadas. Por meio de suas vozes foi possível entender o significado da várzea para esses sujeitos, assim, como as adaptações refletidas no modo de fazer agricultura que esse ciclo impõe para o agricultor.

Identificamos nas vozes dos depoentes que foi com a crise da juta que se iniciou um novo tipo de cultura agrícola voltada para a produção de frutíferas e hortaliças. Uma vez iniciado esse tipo de cultivo, foi introduzido pelo o Estado um pacote tecnológico como a adoção de sementes geneticamente melhoradas que trouxeram efeitos expressivos nas formas de manejar as espécies, delineando novas formas de sobrevivência dos agricultores familiares de várzea.

Na esteira dessa nova ordem emerge formas sutis de resistências que marca a criação da Associação dos Produtores de Várzea, criada como instrumento para assegurar e conquistar direitos aos agricultores familiares, dada a consciência política que estes tiveram em mudar a realidade socioeconômica no qual estavam inseridos. Dessa forma, esses agentes sociais se organizaram, avaliando as possibilidades legais para transformar a realidade social e econômica imposta pelo o capitalismo, na busca por representatividade diante do Estado.

Desse modo, esse trabalho buscou fazer um resgate histórico das experiências dos sujeitos que vivenciaram as transformações em suas práticas agrícolas em uma perspectiva que considerou a (res)significação de suas organização social, política e econômica refletidas nas práticas, saberes e aprendizagens. E por fim, a presente pesquisa nos possibilitou conhecer a trajetória de vida dos moradores das comunidades em estudo, trazendo suas vozes por meio de suas memórias para serem colocadas nesse trabalho como o reconhecimento de seu protagonismo na História

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, C. MURRIETA R.S.S, SANCHES, R.A. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.
- ALENCAR. M.A. Diversidade e manejo de frutíferas e hortaliças da agricultura familiar na Feira Municipal de Tefé, AM. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Relatório técnico**. Tefé, AM, 2013.
- ARON. R. As etapas do pensamento sociológico. 7 ed., São Paulo: Martins fontes, 2008.
- ASSAD, M. L. L; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade: contextos, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n.29, p.15-30. 2004.
- BERNAL A.B., MARTINS. A de M.C. Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: Volume 1 – **Educação ambiental e agricultura familiar no Brasil**: aspectos introdutórios. Brasília: MAA, 2015.
- _____ Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: Volume 3 – Cenário socioambiental rural brasileiro e as formas de organização social e produtiva no campo e na floresta. Brasília: MAA, 2015.
- _____ Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: Volume 7 – Ações para sustentabilidade no campo. Brasília: MAA, 2015
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma ciência para apoiar a transição a agricultura mais sustentáveis. Brasília, 2009. p.30.
- CASTRO. H. História Social. In: **Domínios da história**: Ensaios de Teoria e Metodologia.(Org.) Cardoso. C.F. VAINFAS. R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CASTRO.L.F.P. **Agricultura familiar**: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM), n.34, junho-novembro, ano 2016.
- CRUZ, M., D., J., M., D. Oscilações e crise do sistema de produção juta / malva na várzea amazônica. In: **Territorização camponesa na várzea Amazônia**. São Paulo: 2007, 274 p.(Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana).
- DIEGUES.A.C (Org.). ARRUDA. R.S.V. SILVA. V.C.F. FIGOLS. F.A.B. ANDRADE.D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia Legal, 2000.
- DUARTE.R.H. História e Natureza. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- GONÇALVES.C.W.P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

- GRISA. C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil:** produção e institucionalização das ideias. Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- GUANZIROLI,C.E; BUAINAIN,A.M; ALBERTO, D. SABBATO, A.D. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: **Econ. Sociol. Rural** vol.50 no.2 Brasília Abr./Jun 2012.
- KÜSTER. A. MARTÍ. J.F (Org.). O retorno a uma agricultura sustentável. In: **Agricultura familiar, agroecologia, e mercado do Norte e Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Korand Adenauer, DED, 2004.
- LAVE.J.A aprendizagem como/na prática. **Horizontes antropológicos**, n.44, p37-47, 2015.
- LINHARES. M. Y. História Agrária. In: **Domínios da história:** Ensaio de Teoria e Metodologia.(Org.) Cardoso. C.F. VAINFAS. R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil:** um guia para a ação em defesa da vida. Rio de Janeiro, R.J.: AS-PTA-Assessoria e Serviços a projetos em agricultura alternativa, 2011. 190 p., il.
- MORIN.E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 23º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017
- NASCIMENTO. A.C.T. **Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural:** o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida. Tese (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, 2016.
- NASCIMENTO. C. A. T do. FREITAS. M. C. da.S. O Cooperativismo rural na base da economia solidaria na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no Amazonas, Brasil. UFAM, s/d.
- NEVES, P. Os agricultores de várzea no Médio Rio Solimões: Condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, D.(Org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões:** perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, Pro Várzea, 2005.
- OLIVEIRA. J. de.C. Mundos de roças e florestas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi:** Ciências humanas, vol.11, nº 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016, p.115-131.
- PIMBERT, M. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Agriculturas:** experiência em agroecologia. v.6, n.4, p.41-45. dez. 2009.
- REIS.J.C. O desafio historiográfico. São Paulo: FGV, 2010.
- SAHLINS.M.D. Ilhas de história. Tradução, Bárbara Sette; revisão técnica, Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SANTOS. B.S. **Um discurso sobre as Ciências.** 16ª ed. s.d.
- SANTOS.M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

- SCHNEIDER. S. et.al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.
- SILVA, H. A. Um Estudo sobre a cadeia de abastecimento agrícola comercializada na feira pública de Tefé e a interlocução entre os autores sociais. Universidade do Estado do Amazonas. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Relatório Técnico**. Tefé, AM, Jul.2006. 65 p.
- TELMO. M. Memória, história e cultura. Chapecó: Argos, 2003.
- TURCATTO. J.A. A solidariedade como um postulado da razão comunicativa e da ética do discurso. Thaumazein, ano III, n.6, outubro, 2010, pp. 50-58.
- VIEIRA. M.P.A. et.al. A pesquisa em História. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- WAGLEY.C. **Uma comunidade amazônica**: Estudo do homem nos trópicos. Trad. De Clotilde da Costa, 3 ed., Belo Horizonte: Italaia: São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1988.
- WITKOSKI. A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: Os camponeses amazônicos e formas de uso de seus recursos naturais. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2010.